

Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*

JÚNIA FERREIRA FURTADO

Departamento de História - FAFICH - UFMG

RESUMO Este artigo pretende estudar a conformação da população urbana do arraial do Tejuco na segunda metade do século XVIII. Tem como ponto de partida o censo de domicílios realizado no arraial em 1774. Por meio dele, é possível perceber que as mulheres de cor libertas representavam número significativo do total de chefes de domicílio no arraial, revelando sua ascensão social. Caso ilustrativo foi o de Chica da Silva, cuja vida será melhor analisada neste artigo.

ABSTRACT This article analyses the population of Tejuco village in the colonial period. There were a significative number of free collor women as heads of their own houses. The importance of this women can be analysed taking as point of depart the case of the famous Chica da Silva, which will be focused in this article.

Palavras-chave mulher - gênero - escravidão

Key words woman - gender - slavery

* Este artigo foi apresentado como relatório final do projeto "Família e relações de gênero no Tejuco", parte integrante do Pólo de Extensão da UFMG no Vale do Jequitinhonha, financiado pela Finep. Esta pesquisa em diferentes etapas também recebeu recursos da Fapemig e Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas.

Negro arraial

Na região nordeste das Minas Gerais, no encontro dos rios Grande e Piruruca, no sopé do morro de Santo Antônio, começou um ajuntamento de casas que, desajeitadamente, subindo a encosta foram constituindo a primeira rua do arraial do Tejuco, conhecida como Burgalhau. Aos poucos, o pequeno arraial começou a crescer à medida que os achados de diamantes se avolumaram nos rios próximos, com novas ruas sendo abertas transversais à encosta. O centro do povoado se estabeleceu em torno da igreja matriz de Santo Antônio, construída em uma praça. Diferentemente dos demais núcleos urbanos das Minas Gerais, geralmente mais espalhados e desordenados, o Tejuco tinha um formato mais ordenado, concentrado e quadrangular.¹

De longe, o arraial parecia um pequeno presépio, devido à simplicidade e rusticidade das casas e capelas, construídas em taipa e pedra. As construções pintadas de branco elevavam-se umas às outras, serpenteando morro acima, salpicadas por entre os quintais de árvores frutíferas, flores e legumes, parecendo um oásis em meio à paisagem quase inóspita e pedregosa.² As casas, caiadas por fora, eram cobertas de telhas.³ Os sobrados também se diferenciavam das outras localidades mineiras pelo uso do muxarabi, balcão coberto de treliças, de influência mourisca, que mantinha a privacidade de quem estivesse no interior das casas, arquitetura trazida do oriente provavelmente pelos comerciantes e lapidários de diamantes.

Apesar de densamente povoado, o núcleo urbano, por decisão administrativa, permaneceu com o título de arraial até 1835, quando então foi elevado à cidade Diamantina. O Tejuco situava-se no Distrito Diamantino que foi demarcado em 1734 e correspondia a um quadrilátero, que incluía outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. A Demarcação poderia ter seu contorno alterado para englobar outras regiões onde fossem feitas novas descobertas.⁴ Ali foi criada uma administração específica, a Intendência dos Diamantes para organizar a exploração e instituir o mando da Coroa portuguesa.

O arraial do Tejuco não era uma aglomeração pequena para os padrões da época. Em 1732, o governador Dom Lourenço de Almeida reconheceu que a população do arraial já ultrapassara em muito a da Vila do Príncipe, apesar desta última ter continuado a ser a cabeça da co-

1 VASCONCELOS, Sílvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, no.14, p.121, 1959.

2 GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. p.382.

3 D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p.135.

4 FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996. p.26.

marca. Segundo ele, a vila era distante dos rios e despovoada, já o arraial ficava mais perto dos rios, era mais populoso e por isto lá se estabeleceram os homens de negócio e os mineradores.⁵

A sociedade diamantina tinha os mesmos contornos da Capitania e era composta de uma grande camada de escravos, outra menor de homens e mulheres libertos, muitos deles pardos e uma pequena classe dominante branca, em sua maioria portugueses, que ocupavam os principais postos administrativos e praticamente monopolizavam as patentes militares e as honorárias. Não era uma sociedade imóvel, apesar de ter seus principais valores baseados nos critérios de nascimento e honra. Invertendo esta lógica, os mulatos e mulatas forras buscavam ascensão social, estas últimas muitas vezes por meio do concubinato com algum homem branco, ou acumulando renda de vendas de tabuleiro e pequenos serviços no arraial. De um lado, as autoridades tentavam reger o arraial dentro dos estreitos limites das leis e ordens reais, de outro a população encontrava novas formas de organização, teimando sempre em resistir às tentativas de contê-la.⁶

Inúmeros documentos dispersos nos arquivos brasileiros e portugueses nos permitem desvendar um pouco o cotidiano desta sociedade e conhecer relances da vida de seus habitantes, olhando indiscretamente por trás das portas e janelas do arraial: os arranjos familiares, os laços de compadrio, as formas de religiosidade, as tensões entre vizinhos, as transgressões e os pecados dos moradores.

Nosso ponto de partida será o censo por domicílios realizado, em 1774, pelo Intendente dos Diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça.⁷ Trata-se de documento interessantíssimo para a reconstituição da sociedade local pelas informações que fornece. Foram listados todos o(a)s chefes de domicílio, por rua, seguidos de descritores como cor, profissão, estado civil, número de habitantes livres residentes na casa e seus níveis de parentesco e relacionamento. O cuidado das autoridades nos legou um precioso e meticuloso registro dos moradores do arraial, imobilizados no interior de suas casas. O arraial contava então com 447 residências na parte central do retículo urbano, dispostas em 15 ruas e 7 becos. Bem no centro ficava a Rua Direita, a principal, que se alargava em uma parte formando um largo onde foi construída a igreja matriz de Santo Antônio.

Os proprietários, seus familiares, amigos e agregados somavam 759 moradores que, com exceção de dois escravos coartados, eram todos livres ou forros. Destes, 448 pessoas eram chefes de 477 domicílios,

5 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.VII, p. 279.

6 FURTADO, Júnia F. *O Livro da Capa Verde*, 1996.

7 Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. (AHU). Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. (MAMG). Cx.108.Doc.9. f.1-9.

sendo que 238 eram homens e 210 mulheres.⁸ A exclusão dos escravos pelo censo é bastante reveladora e merece análise. Eles não foram considerados como moradores, critério adotado para a listagem, apesar de viverem no Tejuco. Somente dois escravos coartados, Vitoriano e Anacleto, ambos pretos, foram incluídos e eram os únicos do arraial a serem conjuntamente chefes do mesmo domicílio. Alugavam uma casa na rua do Bonfim, onde exerciam o ofício de sapateiros. O fato de terem sido os únicos escravos a merecerem a classificação de moradores reforça a idéia de que a coartação era um meio caminho entre a escravidão e a liberdade.⁹

O número total de pessoas de cor que chefiavam domicílios no Tejuco era assombroso, somados os negros, crioulos, mulatos, pardos e cabras, eles chegavam a 261 indivíduos, representando 58,3% do total. Na América portuguesa, o número de negros era de magnitude significativa, constituindo a maioria da população, mas na região agrária-exportadora a população de cor esteve majoritariamente reduzida à condição escrava. Já em Minas Gerais, assistiu-se não só a um aumento do número de alforrias, como a uma miscigenação sem precedentes e, tal qual expressa o índice acima, parte desta nova camada de negros e mulatos livres encontrou espaço junto às elites, identificando-se e misturando-se a ela. Outra parcela, não menos significativa, viveu nas fímbrias do sistema, imersa em um universo de desclassificação.¹⁰ A sociedade mineira, nesta perspectiva, apresentou uma diversidade e uma miscigenação muito maior do que as sociedades escravistas do litoral brasileiro, do Caribe e do sul dos Estados Unidos.¹¹ Nestas regiões, a generalização da *plantation* acentuou o distanciamento do mundo dos livres, dominado pelos brancos, e o dos escravos, constituído de negros. Nas Minas Gerais, surgiu, à medida que o século XVIII avançava, uma camada crescente de mulatos(as) e negros(as) forros(as).

Na rua Direita, a principal do arraial, localizavam-se as residências dos homens mais importantes. Em 1774, ali tinham suas casas o Intendente dos Diamantes, Bento Joaquim de Siqueira Ayala e o Sargento Mor José da Silva de Oliveira, que residia com sua esposa e quatro filhos, um deles viria a ser conhecido como Padre Rolim. Mas várias ne-

8 Para efeito deste artigo foi excluído o Arraial de Baixo que contabilizava 10 domicílios e era um distrito do Arraial do Tejuco.

9 "o coartado era um escravo em processo de transição para a condição social de livre". SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.214. Para o tema da coartação em Minas Gerais ver SOUZA, Laura de Mello. Coartação — problemática e episódios referentes a Minas Gerais. In: SILVA, Maria Beatriz N. (org). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.275-295.

10 FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

11 HIGGINS, Kathleen J. *Licentious liberty, in a Brazilian gold-mining region*. University Park/PA: Pennsylvania State University Press, 1999. p.13. A autora apontou que esta desproporção entre homens e mulheres não teve similaridade em nenhuma sociedade escravista, chegando, na região, os plantéis de escravos a atingir taxas de cerca de 90% de homens.

gras forras também moravam na rua Direita, como Maria Carvalha, preta, Inês Maria de Azevedo e Mariana Pereira, pardas. A preta forra Josefa Maria de Freitas residia próxima à residência do Coronel Luís de Mendonça Cabral, escrivão da Real Extração dos Diamantes.¹²

Moravam na rua da Ópera a negra Anna Maria de Jesus, o crioulo Vicente Ferreira, alfaiate, e o carpinteiro, Antônio Pinto Guimarães.¹³ Como nas demais ruas do arraial, habitavam lado a lado, livres e libertos, população branca e de cor, diluindo as fronteiras hierárquicas pelas quais a sociedade tentava se reger. Eram seus vizinhos João Antônio Maria Versiani e João Machado Pena, respectivamente guarda-livros e escrevente da Real Extração dos Diamantes. Branco, casado, João Antônio Maria Versiane vivia nesta época de aluguel, mas mais tarde comprou duas casas na Rua Direita, junto da Praça da Matriz, principal rua da cidade, que deixou em seu testamento, além de uma chácara e uma casa com telhas no Bananal, oito escravos e inúmeros bens móveis de valor como ouro, pedras, louças e bastante dinheiro a receber da Real Extração dos Diamantes.¹⁴

Apesar de residências chefiadas por forros estarem espalhadas por todo o arraial, sua distribuição não era homogênea. Enquanto os brancos eram maioria na Rua Direita; na Rua da Quitanda, onde concentravam-se os comerciantes; na Cavahada Nova e na Rua do Amparo, mais centrais; os libertos constituíam a maioria na Rua Macau; Macau de Baixo; Campo e Burgalhau, mais afastadas, e nos Becos de Gomes de Aquino, da Intendência, da Cadeia, do Padre José Guedes e da Mandioca.¹⁵

Diamantes raros

A história da região mineradora esteve atavicamente ligada à presença da população liberta de cor. Antonil, um de seus primeiros cronistas, anotou que o *rush* do ouro nas Minas provocou a desorganização da sociedade e por sua causa se cometeram os maiores sacrilégios. Entre eles, os gastos exorbitantes e supérfluos feitos pelos mineradores, “comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados”. Além do que, o muito ouro arrecadado convertia-se “em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras”.¹⁶

12 AHU. MAMG. Cx.108. Doc.9. f.1.

13 AHU. MAMG. Caixa 108. Doc. 9. f.2.

14 FURTADO, Júnia. *O Livro da Capa Verde*, 1996. p.49.

15 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.1-9.

16 ANTONIL, André João. *Cultura e Oportunidade do Brasil Brasil, por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.194-195.

Uma das características marcantes da sociedade mineradora foi a enorme desproporção entre os dois sexos, especialmente entre a população escrava e livre, onde os homens compunham a maioria absoluta da população, fruto das características inerentes à atividade mineratória: seu caráter urbano, efêmero, itinerante e de aventura, etc. No caso da região diamantina, de povoamento recente, esta desproporção era acentuada. Ao examinar o censo de 1738, relativo à Comarca do Serro do Frio como um todo, da qual o Distrito Diamantino fazia parte, depreende-se que do total de 9.681 habitantes 83,5% eram homens e 16,5% eram mulheres. Entre os escravos, elas representavam apenas 3,1%, pois era dada prioridade à compra de homens, obtidos para o trabalho da mineração.¹⁷

Já entre os forros, as proporções se invertiam, e as mulheres passavam a ser majoritárias. No mesmo censo de 1738, do total de 387 forros, elas constituíam 63%, contra 37% de homens, indicativo de que eram as que mais se beneficiavam da alforria, inclusive acumulando bens. Com efeito, na região aurífera a alforria foi muito mais acessível às escravas, mas também aos escravos de ganho ou empregados na mineração, que conseguiam formar um pecúlio e comprar sua alforria. Apenas alguns poucos eram libertados como retribuição por seus serviços. A conformação do povoamento mineiro, onde as mulheres eram escassas, principalmente as brancas, fez com que o concubinato se generalizasse e muitos senhores brancos alforriassem suas companheiras. Geralmente, este ato era realizado na hora da morte, muitas vezes através da coartação, quando era estipulando um prazo para o pagamento da liberdade ou o cumprimento de mais alguns anos de serviço para com seus herdeiros. Coartar os escravos no momento da morte era duplamente positivo, era uma caridade cristã sempre necessária à elevação da alma ao paraíso, mas também podia ser um bom negócio, pois os senhores estipulavam quanto o escravo deveria pagar por sua liberdade e não corriam o risco de que fossem arrematados em leilões públicos por preços inferiores ao desejável. Mais raramente, a alforria a suas companheiras de cor era concedida durante o período de vida dos senhores.¹⁸

Esta desproporção entre homens e mulheres pôde ser observada na sociedade diamantina. Entre os chefes de domicílios livres, os homens constituíam a maioria. Havia um total 158 homens (84,9% dos brancos) para 28 mulheres (15,1% dos brancos). Destas últimas, 7 eram viú-

17 População de Minas Gerais, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, anolll, p.465-498, 1898.

18 HIGGINS, Kathleen J. *Licentious liberty, in a Brazilian gold-mining region*. University Park/PA: Pennsylvania State University Press, 1999.

vas, exercendo a chefia do domicílio apenas devido a morte do marido. Diferentemente das viúvas, Dona Anna Perpétua Marcelina da Fonseca, tomava conta da casa porque seu marido, o médico Luís José de Figueiredo, nesta data encontrava-se expulso da Demarcação Diamantina, acusado de extravio de diamantes.¹⁹

Seguindo o mesmo perfil do censo de 1738, o registro de chefes de domicílios de 1774 acusou uma mesma inversão para os forros, entre os quais as mulheres passavam a ser a maioria. Eram apenas 79 homens forros contra um total de 182 mulheres de cor da mesma condição. Revelando uma desproporção de 69,7% de mulheres para 30,3% de homens. Das 210 mulheres que chefiavam domicílios, as forras representavam 88,3%.

O que mais chama a atenção no perfil dos chefes de domicílio no Tejuco à época era a proximidade numérica entre homens brancos e mulheres de cor forras, com dominância para estas, representando os primeiros 35,3% (158) e as segundas 40,6% (182) do total. Isto revelou uma ascensão econômica e de status destas mulheres, mas que por vezes se mostrava paradoxal. Como exemplo, Tereza Feliz, negra, era proprietária de uma casa coberta de telhas, situada na Rua Direita, a principal do arraial.²⁰

Porém, atingir a situação de forro nem sempre significava melhoria de condição para os ex-escravos. Para a mulher forra, junto do estigma da cor e da condição, acrescentava-se o do sexo. Algumas vezes, a situação marginal a que estavam relegadas podia ser até pior do que aquela a que estavam submetidos alguns tipos de escravos, como os domésticos. A vida de Rosa Tibaens, preta forra, nos revela as dificuldades destas mulheres uma vez inseridas no mundo livre. O Sargento Mor José da Silva de Oliveira, apiedado de sua pobreza, e prezando a caridade como uma das virtudes do bom cristão, permitiu que ela construísse um casebre em uma de suas propriedades no Tejuco, próximo à igreja do Bonfim.²¹

Esta dificuldade de inserção social pode ser observada no elevado índice de mulheres de cor que alugavam os imóveis em que residiam, não sendo proprietárias dos mesmos. Cerca de 140 mulheres de cor do total de 182 eram locatárias. Apesar de serem capazes de estar à frente destes domicílios, elas não eram suas proprietárias. Já entre os homens, sejam livres ou forros, a situação era diferente. Entre os brancos cerca de 50% eram proprietários e a outra metade era constituída de locatários. Para os forros os índices estavam muito próximos, com uma ligeira

19 FURTADO, Junia F. *O Livro da Capa Verde*, 1996. p.98.

20 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. (AEAD). Livro de Óbitos do Tejuco. Caixa 521. f.48.

21 Arquivo Público Mineiro. (APM). Seção Colonial. (SC). 260. f.3v-4.

vantagem para os que alugavam os imóveis que residiam.

A trajetória de vida destas mulheres confundiu-se com a história da região como nos informa o Ouvidor de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso. Na primeira metade do século XVIII, ele reuniu vários documentos e fez alguns apontamentos acerca da história da Capitania de Minas até aquela época. Sobre a região dos diamantes descreveu a fundação da vila, o descobrimento dos diamantes, as oscilações na administração e nas formas de concessão das lavras, além das técnicas de mineração das lavras.²² Segundo o Ouvidor, a história da região desde os seus primórdios esteve ligada às negras e mulatas forras que, poderosas, submetiam os homens brancos a seus desejos.²³

Como no resto das Minas, também no Distrito Diamantino foi significativo o índice de mulheres mulatas e negras que alcançaram a alforria, e muitas passaram a ter acesso aos símbolos exteriores de dignificação, que costumavam ser prerrogativas das senhoras brancas. Isto provocava a fluidez das hierarquias sociais, tornando-as indistintas, o que escandalizava o Governador das Minas, o Conde das Galvêas que, em 1733, procurou reprimir

*os pecados públicos que com tanta soltura correm desenfreadamente no arraial do Tejuco, pelo grande número de mulheres desonestas que habitam no mesmo arraial com vida tão dissoluta e escandalosa que, não se contentando de andarem com cadeiras e serpentinas acompanhadas de escravos, se atrevem irreverentes a entrar na casa de Deus com vestidos ricos e pomposos e totalmente alheios e impróprios de suas condições.*²⁴

O censo de 1774 apontou para a dominância de mulheres de cor vivendo solitárias em domicílios em que eram chefes e únicas moradoras de condição livre, excluindo-se desta amostragem os escravos que possuísem, pois não foram computados no documento.²⁵ Das 212 mulheres de cor, 155 viviam sós, constituindo a expressiva maioria de 73,1% das mesmas. Entre as 57 que viviam em lares compartilhados com outros moradores livres, apenas 29 eram casadas e viviam com seus maridos, e outras 28 viviam com parentes (filhos, irmãs, ou mães) ou com amigas ou agregados. Na rua Direita, a negra Ana Maria, solteira, vivia

22 MATOSO, Caetano Costa. *Código Costa Matoso*. Edição crítica de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte: CEHC/ Fundação João Pinheiro, 2000.

23 MATOSO, Caetano Costa. *Código Costa Matoso*. Edição crítica de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte: CEHC/ Fundação João Pinheiro, 2000.

24 Bando do governador de 2 de dezembro de 1933. Apud: VEIGA, Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: CEHC/ Fundação João Pinheiro, 1998.p.1026.

25 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.1-9.

com sua mãe e uma irmã, em casa de sua propriedade; e a mulata Felipa Antônia, também solteira, dividia com sua irmã uma casa alugada.²⁶ Na Rua Padre Manoel da Costa, as pardas solteiras, Juliana Francisca e Maria Angélica viviam em casas alugadas cada uma com uma agregada, sendo que a primeira ainda tinha por companhia uma irmã e a filha.²⁷ Na rua do Bonfim, a crioula Vitória da Costa, solteira, morava em casa própria com suas três filhas.²⁸

Ilustrativo foi o caso de Rita Paes de Gouveia, crioula, nascida em Sabará, que acumulou significativo patrimônio. Em 1774, Rita, solteira, morava sozinha em casa de sua propriedade na Rua do Bonfim, na área central do arraial.²⁹ Como não tinha filhos, deixou seu patrimônio, constituído da morada de casas, 8 escravos e trastes de seu uso não especificados, para usufruto de seu sobrinho. Morreu em 1796, tendo sido enterrada na Igreja do Rosário com uma missa de corpo presente e outras 50 em intenção de sua alma. Era também irmã das Almas e Mercês.³⁰

Maria Vaz da Conceição, da Costa da Mina, proprietária de uma casa na rua do Macau onde residia sozinha, era viúva de Antônio da Costa, ambos negros. Ela afirmou que comprara sua alforria e todos os bens que possuía foram adquiridos antes do casamento, “de sua agência”. Maria Vaz, sem filhos seus e grata ao ex-senhor, ao morrer, instituiu como um de seus herdeiros o filho pardo de seu antigo proprietário. O restante do seu patrimônio foi utilizado para garantir sua própria salvação, por meio da celebração de missas e da caridade.³¹

As relações de gênero e de raça estiveram intrinsecamente interligadas nas Minas Gerais. O sexo foi determinante nas condições de acesso à alforria, o que pode ser comprovado pelo fato de que a maioria dos escravos alforriados quando adultos era mulher, o inverso acontecia quando se tratava de crianças, sendo o sexo masculino majoritário, pois neste caso a maioria constituía-se dos filhos nascidos das relações mistas.³² Quanto aos adultos, isto se explicava pela conformação econômica e social da região, pois as negras de ganho e as mulheres que viviam em concubinato com os homens brancos tinham maior facilidade de acesso a um pecúlio, sendo mais difícil para os homens de cor ter acesso a um ganho extra que lhes permitissem comprar suas liberdades. Não por acaso, apenas uma das mulheres forras chefes de domicílio no Tejuco, em 1774, registrou algum tipo de ocupação. Tratava-se de Joana Gertrudes, parda, que morava na rua do Amparo em casa própria, onde

26 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.1.

27 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.3.

28 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.3.

29 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.3.

30 AEAD. Óbito e Testamento de Rita Paes de Gouveia. Livro de Óbitos do Tejuco. Caixa 521. f.35-35v.

31 AEAD. Livro de Registro de Óbitos do Tejuco. Caixa 521. f.49v-50.

32 HIGGINS, Kathleen J. Manumissions in Sabará. *Licentious liberty*, 1999. p.145-174.

era estalajadeira.³³ O fato da quase totalidade das mulheres forras de cor não exercerem um ofício indica, a quase certeza de que viviam do trabalho de seus escravos, tendo conseguido o que tanto almejavam os libertos: afastarem-se do mundo do trabalho.

Percebe-se, por exemplo, nos tempos verbais utilizados pela forra Ana da Glória, no seu testamento escrito no Tejuco, a maneira como ela mesma interpretou sua trajetória de vida. Para contar a vinda para o Brasil, seu casamento e a conversão ao catolicismo, utilizou os verbos na forma passiva. No entanto, ao rememorar sua alforria, empregou o verbo na voz ativa, demonstrando, a partir daí, a tomada de controle sobre sua vida e destino.³⁴

Contrariamente ao que a historiografia tem afirmado para outras regiões do Brasil, inclusive outros núcleos mineradores, chama a atenção o fato de que, entre as mulheres forras no Tejuco, as de cor da pele mais clara e as nascidas no Brasil não tiveram mais facilidade de acesso à alforria. Do total de 182 forras chefes de domicílio, 100 eram negras africanas e 31 eram crioulas, isto é, filhas de africanos nascidas no Brasil, por isto de pele negra. Juntas somavam 72% do total de libertas. Já as nascidas de relacionamentos mistos foram minoritárias, sendo que 41 eram pardas, 9 eram cabras e apenas uma foi classificada como mulata.³⁵ Havia pois, no arraial, uma africanização do mundo dos livres, dominado pelas mulheres de pele escura como a noite. Elas estavam espalhadas por todo o arraial, na rua Julião Antônio, as africanas eram nove, como Tereza Gomes da Silva, Andrezza do Amaral e Josefa Maria. Na rua do Padre Manoel da Costa, elas eram 15 do total de 18 mulheres de cor. Ali, eram vizinhas Josefa Pimenta, Leonor de Gouveia, Maria Rodrigues e Rita da Silva, entre outras.

Chica da Silva

Na rua da Ópera era proprietária de uma morada de casas a famosa ex-escrava, a parda Francisca da Silva de Oliveira, apelidada Chica da Silva. Nesta época, residia em sua companhia apenas o filho mais jovem, José. Suas nove filhas estavam recolhidas no Convento de Macaúbas e seus outros três filhos homens haviam embarcado para Lisboa com seu companheiro o ex-contratador dos diamantes, Desembargador João Fernandes de Oliveira. Também estava no Reino, protegido pelo padraсто, seu primeiro filho Simão Pires Sardinha. Simão era nascido de seu relacionamento com seu primeiro senhor, o médico português Manoel Pires Sardinha.

33 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.5.

34 AEAD. Testamento de Ana da Glória dos Santos. Livro de Óbitos do arraial do Tejuco. Caixa 521. f.397v-398

35 AHU. MAMG. Cx.108.Doc.9. f.5.

A história da parda Chica da Silva foi imortalizada por Joaquim Felício dos Santos. Em 1853, o advogado diamantinense, Joaquim Felício dos Santos era nomeado procurador para realizar a partilha amigável dos bens do Capitão Feliciano Athanásio dos Santos e de sua mulher Frutuosa Batista de Oliveira, em virtude do divórcio das partes.³⁶ Frutuosa Batista de Oliveira vinha a ser neta de Francisca da Silva de Oliveira, a famosa Chica da Silva. Sete anos depois, os herdeiros de Chica, ainda vivos na cidade, o nomeavam Joaquim Felício dos Santos advogado da ação de posse dos bens do Desembargador João Fernandes de Oliveira, ainda existentes no Brasil³⁷. Por meio destas ações, o advogado, que nas horas vagas escrevia uma história da região, — publicada em capítulos no jornal local, *O Jequitinhonha*, — encontrou material inusitado para compor sua crônica colonial. Afinal, tratavam-se de descendentes de uma escrava, então ricos herdeiros de vasto patrimônio, que incluía inúmeras fazendas, significativo plantel escravista, além de imóveis urbanos e bens móveis. Nas páginas de *O Jequitinhonha*, depois reunidas no livro *Memórias do Distrito Diamantino*, Chica deixava as brumas onde o passado da região se apagava, confundia-se com a história e nela definitivamente entrava.³⁸ A visão do autor sobre Chica foi extremamente negativa, descrevendo-a como boçal e careca, pois era-lhe incompreensível que uma escrava pudesse despertar a atenção de um homem branco e chegar a esta posição.

Coube a Felício dos Santos transformar Chica numa das pouquíssimas personagens femininas do século XVIII a se tornar objeto historiográfico, apesar de não pertencer à elite branca portuguesa. Afinal, a história era uma história construída e reconstruída pelos homens, e ela, além de mulata e escrava, era mulher. Objeto de tanta exceção, assim era compreendida. Em Diamantina, tornou-se figura lendária, alvo de inúmeras histórias que embalavam os sonhos e pesadelos noturnos das crianças, mas em um século o mito alcançou projeção nacional e internacional. Entre as crônicas de Felício dos Santos e os dias atuais, no entanto, a personagem sofreu uma violenta transformação e novas características foram-lhe atribuídas por historiadores, romancistas e diretores de cinema e televisão. O mito se renovava ao gosto de cada época, e se distanciava cada vez mais da mulher real que vivera duzentos anos antes. Chica foi incorporando a sensualidade, a magia, a sedução, a autonomia e a independência, que retratavam a forma estereotipada como a mulher negra é encarada pela sociedade contemporânea.

O desafio proposto por este trabalho foi o de tentar conhecer Chica

36 Diamantina. Biblioteca Antônio Torres. (BAT) Inventário de Francisca de Paula. 1º ofício. Maço 23

37 BAT. Cartório do 1º ofício. Maço 150 b.

38 SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

da Silva não como curiosidade, como exceção, mas, por meio dela, lançar luz sobre as demais mulheres de seu tempo, inserindo-as na história. Foi esse desafio que levou a tentativa de buscar nos documentos da época os registros da passagem de Chica pela história e, aquilo que de início parecia tarefa impossível, revelou-se fecundo e produtivo. Ao contrário do que se costuma pensar, como outras mulheres forras de seu tempo, Chica não foi rainha ou bruxa e sua atuação junto à elite branca do arraial do Tejuco foi sempre conservadora, procurando usufruir das vantagens que sua nova inserção nessa sociedade podia lhe oferecer. Ao longo de sua vida, procurou diminuir o estigma que a cor e a escravidão lhe impuseram, promovendo a ascensão social de sua prole. Para isso, ela dispôs da influência e da riqueza de seu companheiro.

Origem

A historiografia afirma que Chica era filha de uma mulher negra, escrava, de nome Maria da Costa, e de um homem branco chamado Antônio Caetano de Sá, não se conhecendo a data certa de seu nascimento. Simão Pires Sardinha, seu filho mais velho de Chica, quando se habilitou à Ordem de Cristo afirmou ter sido sua ascendente materna. O Capitão Antônio Caetano teria nascido e sido batizado na Candelária no Rio de Janeiro e a avó Maria da Costa, na Freguesia da Conceição da Praia na cidade da Bahia. O processo foi evidentemente manipulado para esconder a condição de escrava de sua mãe e diminuir a ascendência mulata do habilitado, obstáculo quase intransponível para a concessão do hábito, que ele efetivamente alcançou. Para diminuir o estigma da cor e da escravidão, Simão conseguiu que as testemunhas omitissem a condição escrava de sua mãe e de sua avó e afirmaram que Chica era

filha legítima do Capitão dos Auxiliares Antônio Caetano de Sá e de Maria da Costa, que possuíam muitos cabedais e uma copiosa escravatura, sendo esta de cor parda e, por conseqüência, sua filha, mãe do habilitado. Já neste, fica em 3º ou 4º grau, porém vivendo todos com uma excelente reputação e à luz da nobreza, com muita riqueza e fazendo a primeira figura naquele continente, visitados das primeiras pessoas.³⁹

Em 1726, o pai de Chica, Antônio Caetano e Sá era Capitão das Ordenanças de Bocaina, Três Cruzes e Itatiaia, distritos do termo de Vila Rica⁴⁰. Homem branco, pouco se sabe sobre ele, o título de Capitão era

39 Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. (ANTT). Habilitações da Ordem de Cristo. Letra S. Maço 5. Doc.5.

sinal de distinção. Chica honrou-o seu pai, dando-lhe seu nome ao terceiro de seus filhos homens.

Já sobre sua mãe parece ser possível reunir mais informações. Em 1737, nascia em Conceição do Mato Dentro, Comarca do Serro do Frio, Rita, filha de Maria da Costa, crioula, já então forra.⁴¹ Parece tratar-se efetivamente da mãe de Chica, pois Rita foi também o primeiro nome escolhido para uma de suas filhas e segundo nome de outra. Chica, portanto, teria nascido antes de 1737, pois sua condição de escrava atestava que sua mãe ainda era escrava no momento de seu nascimento. Em 1748, também em Conceição do Mato Dentro, uma Maria da Costa foi indiciada como ré em uma das Visitas Episcopais que os Bispos faziam ao rebanho mineiro. Não é possível ter certeza de se tratar da mesma pessoa, mas tudo indica que sim, pois as autoridades se escandalizavam com o jeito libertino de vida destas mulheres forras. Apesar de amasiada com um ferreiro, ela foi acusada de deitar-se “com todo homem que se lhe oferece”. Várias testemunhas declararam, que era público e notório no arraial, que seu ciumento companheiro dava-lhe várias surras. Numa delas, “se descompuseram de palavras e pancadas por ciúmes e que do modo de viver da dita têm resultado várias ruínas e mortes”.⁴²

Ao que parece, Maria da Costa envolvera-se em muitas contendas no arraial e era exemplo das tensões causadas pelo aumento do número de mulheres livres de baixa condição social. Se era verdade que ela se dava com vários homens, devia provocar a ira de várias mulheres. Com uma delas acabou proferindo ameaças de agressão física e, de modo impróprio, afirmou que “era mulher capaz de dar uma bofetada em Nossa Senhora do Pilar”. Maria da Costa, como outros, pervertia o sentido do culto aos santos e conferia-lhe peculiaridades próprias da religiosidade popular, que inseria a religião nas contendas e tensões que permeavam o cotidiano. Acusada de ser meretriz, a ré revidou que “se ela era mulher pecadora, que por ela tinha sido Santa Maria Madelena”, e com estas palavras escandalizava a sociedade e os representantes do clero.⁴³ Em 1753, era novamente denunciada à mesa por Francisco de Brito Bittencourt que afirmou que, “era uma preta forra, por nome Maria da Costa, por alcunha a vassoura, mulher pública e escandalosa neste arraial com a língua”.⁴⁴ Em 1753, no Tejuco, apareceu como madrinha

40 AHU. MAMG. Caixa 9. Doc.53.

41 AEAD. Caixa 230.

42 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. (AEAM). *Devassas*, fevereiro de 1748, f.33. . AApud: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. Luciano R. *O avesso da memória*. p.109.

43 AEAM. Livro de Devassas, fevereiro de 1748. f.3, 1v-32 . A. Apud: : MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro — a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Graal, 1982. Laura de M. *Os desclassificados do ouro*. p.184.

de uma filha de uma escrava Silvéria, também na condição de forra.⁴⁵

Segundo o mesmo Sardinha, Chica teria sido batizada no arraial do Milho Verde, dentro da Demarcação Diamantina. Um de seus netos afirmou em seu processo de genere⁴⁶ que ela nascera na Vila do Príncipe, da qual o Milho Verde era distrito.⁴⁷ Vários são os documentos que atestam que Chica era mesmo mulata, pois era tratada neles como parda ou mulata,⁴⁸ sendo efetivamente filha de uma mulher negra com homem branco, o que era corriqueiro numa sociedade onde as mulheres, principalmente brancas, eram escassas. Certamente nasceu escrava, pois essa condição e depois a de forra foi sempre mencionada nos documentos do Tejuco.

A escrava Chica, mulata

Na década de 50, foi possível identificar, pela primeira vez, a presença de Chica no arraial do Tejuco, mediante os documentos. Era então escrava do médico Manoel Pires Sardinha, proprietário de lavras e importante médico no Tejuco, a essa época com quase 60 anos.⁴⁹ No ano de 1750, Manoel Pires Sardinha era juiz na Câmara da Vila do Príncipe, importante cargo, reservado à elite dos homens bons da região.⁵⁰ Manoel Vieira Couto, que denunciou à Mesa da Visita Episcopal⁵¹ ao Tejuco, em 1753, o concubinato de Manoel Pires Sardinha com sua escrava Francisca, contou “que [este] a comprou para este efeito”.⁵² Percebe-se que Chica não pertencia ao médico desde seu nascimento, tendo sido adquirida pela compra, mas não se sabe quem foi seu primeiro proprietário, nem há qualquer documento que a relacione ao plantel de José da Silva de Oliveira, pai do padre Rolim, que Joaquim Felício dos Santos afirmara ter sido seu primeiro senhor⁵³. Com certeza, Sardinha foi seu penúltimo proprietário, vendendo-a no ano de 1753 a João Fernandes de Oliveira.⁵⁴ Era usual, principalmente a partir do final do século XVIII, que os negros, quando libertos, assumissem o sobrenome de seu senhor, motivo pelo qual acredito que a historiografia a relacionou ao

44 AEAM. Livro de Devassas, 1750-53. f.16-16v.

45 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745-65 . f. 6v.

46 Processo de genere: processo para saber as origens do habilitado a qualquer honraria ou cargo no império português.

47 ANTT. Leitura de Bacharéis. Letra L. Maço no. A. Doc. 24.

48 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745-65 . f.2. AEAD. Livro de Termos do Serro do Frio. Caixa 557. 1750-3. f.102v.

49 AHU. MAM G. Caixa 60. No29.

50 Arquivo do Fórum do Serro. (AFS). Livro de Registro de Patentes da Câmara da Vila do Príncipe. f.6v a 9.

51 Os Bispos visitavam as localidades de suas dioceses levantando e punindo os crimes de ordem religiosa, moral e social de seu rebanho. Entre os crimes mais denunciados à Mesa da Visita era o de concubinato e, em várias devassas chegavam a representar cerca de 90% dos delitos apurados.

52 AEAM. Livro de Devassas, 1750-53. f.43v-45v.

53 SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976. p.124.

54 AFS. Livro de Notas. 1754. f.55-55v.

sobrenome Silva Oliveira, que Chica adotou quando liberta após sua alforria, como indicativo do sobrenome de seu proprietário, que no caso seria José da Silva Oliveira. Como veremos a seguir, Chica tomou esse sobrenome somente após ter sido alforriada. Enquanto era escrava, aparecia na documentação da época, como era rotineiro, somente como Chica, parda ou mulata, escrava de

Em 1751, Chica teve seu primeiro filho, Simão, com seu então proprietário, Manoel Pires Sardinha, que não assumiu nos registros de batismo a paternidade de Simão, mas concedeu-lhe sua alforria.⁵⁵ Mais tarde, em segundo testamento redigido em 1755, ele reconheceu Simão como um de seus filhos bastardos, nomeando-o como um de seus também como herdeiros.⁵⁶ Manoel já tinha dois outros filhos, Plácido, filho de uma escrava, Antonia Xavier, e Cipriano, nascido de outra escrava, Francisca Pires.⁵⁷

A Visita Eclesiástica ao Tejuco, em 1753, condenou Manoel Pires Sardinha de concubinato em primeiro lapso com suas duas escravas Franciscas e os “admoestou paternalmente (...) para que de todo se apartassem (sic) da ilícita comunicação (...) evitando por este meio as ofensas de Deus, escândalo ao próximo e o perigo a que vem expor as suas almas”.⁵⁸ A historiografia é unânime em afirmar que Chica era mãe de Cipriano e Simão. Porém, os dois registros de nascimento, a Visita de 1753 e o testamento de Manoel Pires Sardinha não deixam dúvidas de tratarem-se de duas Franciscas. Em 1756, a mesma Francisca Pires, já crioula forra, dava luz a outra criança, Bárbara, que teve como madrinha a própria Chica da Silva;⁵⁹ revelava-se desta forma que os laços estabelecidos no cativeiro eram honrados na vida livre.

O Desembargador João Fernandes de Oliveira

No segundo semestre de 1753, João Fernandes de Oliveira chegou ao Tejuco, após seu pai homônimo ter arrematado o quarto contrato dos diamantes.⁶⁰ Em 24 de novembro daquele ano, apareceu pela primeira vez como padrinho de batismo no Tejuco, estabelecendo através das relações de compadrio as conexões necessárias para criar compromissos com a elite local. Nessa data, batizou Angélica, filha legítima de José de Araújo Guimarães e Ignes Maria da Conceição, ambos brancos.⁶¹ Nos meses seguintes, foi seguidamente padrinho de batismo de mula-

55 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. f.29.

56 AEAD. Livro de óbitos do Arraial do Tejuco. Caixa 350. 1752/1895. f. 27.

57 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. f.11. e AFS. Livro Avulso de Testamentos. e AEAD. Óbitos do Arraial do Tejuco. Caixa 350. f.71.

58 AEAD. Livro de Termos do Serro do Frio. Caixa 557. 1750. f.102v.

59 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. f.50.

60 ANTT. Cartórios Notariais. 5B . Cx. 15. Livro 75. Notas. Actual 12. f. 75-78v.

61 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. f.38-39v.

tos, filhos bastardos, escravos, expostos e brancos. Com isso, garantia a caridade para com os pobres, a deferência com os iguais e os colocava sob sua influência por meio dos laços indissolúveis da gratidão.

João Fernandes de Oliveira era um rapaz cuja trajetória, cuidadosamente planejada por seu pai, refletia o processo de notabilização e ascensão social que o antigo contratador dos diamantes procurava estabelecer para sua família, à medida que se enriquecia. João Fernandes de Oliveira, o velho, apesar da enorme fortuna que acumulara com os diversos contratos de diamantes que arrematara desde em 1740, alcançou apenas o título de Sargento Mor, pelo qual era sempre referido, distinguindo-se de seu filho homônimo. O jovem João Fernandes nascido em Mariana, em 1720, era filho de Maria de São José, paulista, primeira esposa do Sargento Mor.⁶² Em 1743, matriculou-se em Cânones, na Universidade de Coimbra, onde se formou em julho de 1748.⁶³ Em dezembro do mesmo ano, foi sagrado pelo Rei Dom João V, Cavaleiro da Ordem de Cristo, com toda a pompa, em cerimônia ocorrida na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa⁶⁴ e o título com sua respectiva tença⁶⁵ de 12\$000 réis foi-lhe concedido em julho do mesmo ano.

Já sagrado cavaleiro, o jovem apresentou-se em 16 de março de 1750, na Audiência de Juízo, com suas cartas de formatura pela Universidade de Coimbra, e requereu licença para advogar.⁶⁶ Na ocasião, afirmou que residia na Corte, de onde retornou para o Brasil em 1753 para representar o pai no quarto contrato dos diamantes. Então, já acumulava todos os sinais de dignificação, ao qual juntou o título de Desembargador, nomeado para o Tribunal da Relação do Porto.⁶⁷ Por fim, em 1763, foi-lhe “feito mercê do lugar de Juiz do Fisco das Minas Gerais, (...) [com] mercê de que possa vestir a beca”⁶⁸ e “com o predicamento de lugar de primeiro banco”.⁶⁹

O jovem João Fernandes que chegava ao Tejuco, “solteiro, de boa vida e costumes”,⁷⁰ coberto de nobreza e ostentando importante cabedal de seu pai, era o que se podia chamar de bom partido. Porém, ao contrário de todas as previsões, iniciou um envolvimento amoroso com Chica da Silva, escrava, parda, a quem foi fiel até a morte, ainda que vivessem separados em seus últimos anos, ela no Tejuco e ele em Lisboa.

62 ANTT. Índice de Leitura de bacharéis. João Fernandes de Oliveira. Maço 22. Doc.37. Os pais se casaram em Mariana, em 18/08/1726 — In: AEAM. Processo Matrimonial. Registro 3608. Armário 03. Pasta 361.

63 Arquivo da Universidade de Coimbra. (AHUC). Actos e Graus de estudantes da Universidade por Faculdade.

64 ANTT. Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo. Livro 235. f.319.

65 Tença: Concessão financeira que acompanhava uma mercê honorífica recebida.

66 ANTT. Índice de Leitura de bacharéis. João Fernandes de Oliveira. Maço 22. Doc.37.

67 ANTT. Desembargo do Paço. Ilhas. Maço 1342. Doc. 7.

68 ANTT. Ministério do Reino. Livro 214. f.43v-44. ANTT. Chancelaria de Dom José I. Livro 86. f. 101v-102.

69 ANTT. Ministério do Reino. Livro 209. f.184.

70 ANTT. Índice de Leitura de bacharéis. João Fernandes de Oliveira. Maço 22. Doc.37.

Poucos meses após sua chegada, em dezembro de 1753, já como proprietário de Chica, a quem comprara por 800\$00 réis, João Fernandes registrou na Vila do Príncipe sua carta de alforria.⁷¹ Este comportamento de alforriar um escravo logo após sua aquisição era quase inexistente entre os proprietários mineiros, que usualmente concediam a liberdade às concubinas ou escravos de confiança mediante o processo de coartação, pelo qual a alforria ia sendo paga parceladamente pelo próprio escravo, com dinheiro conseguido através de pequenos trabalhos, ou em testamentos na hora da morte, em pagamento de serviços. Entre as vinte e três mulheres forras que registraram seu testamento no Tejuco, entre 1751 e 1815, somente Maria de Souza da Encarnação contou ter tido um processo de libertação semelhante ao de Chica. Vivia no Tejuco com Domingos Alves Maciel, que então a comprou e a libertou em seguida; todas as demais compraram sua própria liberdade, com exceção de uma delas, foi libertada em tenra idade pelos proprietários de seus pais.⁷²

A maioria dos brancos proprietários vivia maritalmente com suas escravas sem conceder-lhes a alforria, como Manoel Pires Sardinha, que alforriou apenas os filhos nascidos das relações consensuais. Sardinha não parecia ter um envolvimento diferenciado com Chica, ao contrário do que João Fernandes irá demonstrar. A Visita Episcopal indicou que ele coabitava com Chica e outra escrava ao mesmo tempo; também que era enorme a diferença de idade entre eles e, não só ele não a alforriou, como a vendeu para João Fernandes. Este último, ao alforriá-la, desde o início, divergiu dos padrões dominantes encontrados nas Minas da época e sugeriu a existência de laços de afeto entre ele e Chica, além do desejo de que ela não desfrutasse de situação social tão inferior a sua. Se a diferença de idade entre Chica e o velho Sardinha afastava o casal, o oposto acontecia entre ela e João Fernandes. Não se sabe com exatidão a idade de Chica, mas sabe-se que sua irmã nasceu em 37, com a mãe já na condição de forra, portanto Chica, que nascera anteriormente, e tinha mais de 16 anos quando conheceu João Fernandes, mas certamente não era muito mais velha do que isto.

A estratégia adotada pela família Fernandes de Oliveira em relação ao contrato dos diamantes foi expediente comum entre os homens de negócio. Como as relações de poder adquiriam no Império português caráter privado, para efetivação e sucesso dos negócios era necessária uma convivência cotidiana e íntima com as autoridades régias, sobretudo com a própria figura real. As relações de negócio, porque assentadas segundo as mesmas premissas, misturavam-se com as relações

71 AFS. Livro de Notas. 1754. f.55-55v.

72 AEAD. Caixa 350. f. 34-34v. e BAT. 1º ofício. Maço 26.

familiares, sendo comum, que dentro de uma mesma família seus diversos membros ocupassem diferentes posições dentro do empreendimento. Geralmente, um ou dois cuidavam dos negócios, enquanto pelo menos outro tratava de freqüentar a corte, angariando favores, concessões, privilégios.

A partir do quarto contrato dos diamantes, os João Fernandes de Oliveira, pai e filho, estabeleceram esse tipo de estratégia. O pai, o Sargento Mor, estabeleceu-se no Reino e, a partir da amizade que tecera cuidadosamente nas Minas Gerais com o Governador Gomes Freire de Andrade, passou a freqüentar os mais altos estratos da Corte, compartilhando da confiança de Pombal. Logo após o terremoto de 1755, Lisboa passou por transformações e ampliações urbanísticas fundamentais. Uma destas transformações foi a ocupação do Bairro da Lapa por uma elite burguesa ascendente, que ali construiu belas mansões, partilhando o espaço com famílias nobres de nascimento, que também para ali se mudaram para ali. O S.M. João Fernandes escolheu o aprazível sítio de Buenos Aires, que, como o nome indica, ocupava posição privilegiada, no alto do Rio Tejo, desfrutando de bela vista e incomparável arejamento da brisa que subia do rio. Ali construiu uma suntuosa mansão, símbolo do poder e riqueza que alcançara com os dois contratos diamantinos arrendados na primeira metade do século. A estreita ligação entre sua trajetória pessoal e os negócios com os diamantes foram expressados nos painéis de azulejos que adornaram a magnífica escadaria. Ali imagens de índios e orientais sugeriam as ligações com o Brasil e a Índia, regiões produtoras das preciosas gemas.

Na casa do sítio de Buenos Aires, o velho S. M. João Fernandes instalou-se com sua nova esposa, Isabel Pires Monteiro, e passou a desfrutar de uma vida de luxo, gastando seu tempo em demonstrar na Corte a fortuna e a importância que adquirira. A intimidade com os poderosos era vital para a concretização dos interesses financeiros. Assim, o velho tratou de estabelecer conexões importantes, destacando-se as relações com o Ministro do Reino, o futuro Marquês de Pombal. Vários indícios demonstraram que as relações entre os João Fernandes, pai e filho, e o Marquês de Pombal eram estreitas. Num intercâmbio de favores, em 1770, durante as negociações da renovação do 6^o sexto contrato dos diamantes, o velho Sargento Mor concedera ao ainda Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Mello, “oito contos de réis, que são vinte mil cruzados, para se acabarem as casas sitas junto à Igreja da freguesia arruinada de São Paulo, desta Corte”⁷³.

Um dos detalhes da casa que demonstraram o novo poderio da família Fernandes de Oliveira foi a construção de túnel subterrâneo exclu-

73 MATOS, José Sarmento. *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana de Cultura, 1994. p.71.

sivo para a captação de água. No século XVIII, uma luta surda opunha ricos e pobres nas ruas de Lisboa: a luta pelas escassas provisões de água na cidade. A crônica falta d'água em Lisboa só foi resolvida no final do século XVIII com a construção de um aqueduto por Dona Maria I. Só para se ter idéia da tensão existente devido à disputa pela água, Pombal foi acusado por seus opositores de construir uma captação secreta e própria de água para sua nova casa, ligada diretamente à fonte que mandara edificar em frente ao imóvel, o que em si já era um privilégio. A existência, pois, de túnel exclusivo de centenas de metros para abastecer o solar de Buenos Aires, dá dimensão do poder alcançado pelos contratadores.

O filho, preparado para a condução dos negócios, mudou-se para o Brasil para cuidar pessoalmente do novo contrato (4^o). A partir daí, seus negócios entrelaçaram-se permanentemente aos do pai. Das Minas, o Desembargador enviava anualmente os ricos rendimentos oriundos da exploração diamantina, permitindo que o pai vivesse folgadoamente no Reino, como um nobre. O bom desempenho do Desembargador João Fernandes nos negócios no Tejuco, em oposição ao inábil pai, foi salientado várias vezes. Nas disputas posteriores que opuseram o Desembargador e a viúva de seu pai, Pombal atestou que era “notória [a] insuficiência do dito [SM] João Fernandes de Oliveira para dirigir e governar um negócio de tanta importância”. Referiu-se ao tipo de vida que passou a despende após sua volta à Lisboa, com gastos excessivos, principalmente usados para a edificação da nova casa. Pombal testemunhou que foi necessário limitar os saques que o Sargento Mor fazia ao cofre onde eram depositados os rendimentos do contrato, gastos sem controle “para alguns empregos de bens de raiz; pela dissipação de todos os seus bens”.⁷⁴

Uma vez no Tejuco, o Desembargador João Fernandes organizou a exploração diamantina e fez crescer seus lucros e os do Rei. Assim, se tornou elemento de confiança do Marquês de Pombal e foi mais um dos exemplos de negociantes que ascenderam na sociedade portuguesa no período pombalino, consubstanciando os interesses do Reino com os da emergente classe mercantil.

Os negócios diamantinos enriqueceram o Desembargador que, em vida, acumulou vasto patrimônio nas Minas, no Rio de Janeiro e no Reino. Afirmou em seu testamento “que passando aos Estados da América, no ano de 1753, empregara a sua louvável indústria em adquirir um decente patrimônio pelo comércio, com o qual estabelecera a sua casa”.⁷⁵ Em Minas Gerais, possuía uma morada em Vila Rica, outra em Pitangui, onze fazendas de criação de gado e cavalos em diversos lugares, uma

74 ANTT. *Desembargo do Paço*. Ilhas. Maço 1342. Doc.7.

75 ANTT. Cartórios Notariais. 5B. Livro 75. Caixa 15.

roça também em Pitangui, além das fazendas no Serro do Frio, deixadas, em doação *post mortem*, uma para cada filho e, no Rio de Janeiro, era proprietário de umas “casas nobres”. Em Portugal, possuía a fazenda do Grijó, comprada das mãos do Estado, pois tinha sido um dos imóveis expropriados dos agostinianos por Pombal; era dono de uma Quinta em Portela, caminho de Sacavém; e de outra chamada Enxara do Bispo, com sete casas anexas, na Comarca de Leiria. Em Lisboa, adquirira um quarteirão de casas na Rua Augusta, endereço nobre na cidade, além das casas de Buenos Aires, na Lapa, e outra no fim da Rua da Bella Vista; duas defronte do convento da Estrela, e outra menor na rua do Guarda Mor.⁷⁶ Só em dinheiro, o Desembargador deixou cerca de noventa e seis mil cruzados, recolhidos no cofre dos resíduos e, que deveriam ser investidos em empréstimos a juros em favor de seus herdeiros.⁷⁷

A evolução da produção de diamantes no Tejuco, durante a condução do Desembargador João Fernandes, demonstrou que o êxito e incremento dos negócios estiveram diretamente ligados a sua presença. Quando se ausentou, no segundo semestre de 1770 e durante o ano de 1771, a produção decresceu vertiginosamente, apesar do contrato continuar administrado por um de seus homens de confiança, o administrador geral Caetano José de Sousa.⁷⁸ Depreende-se pelo volume de riqueza produzida que o contratador não poderia ser aos olhos da Coroa apenas um notório contrabandista e contrário aos seus desígnios. Na verdade, os interesses privados e públicos envolvidos na produção diamantina se completavam e geravam benefícios mútuos. E, como bem percebeu Pombal, o Desembargador era peça fundamental no intrincado jogo de relações que consubstanciavam os grandes homens de negócio e a Coroa. Isto não significa contudo, que o Desembargador não tenha auferido lucros ilícitos na extração, pois os benefícios individuais eram inerentes à máquina administrativa portuguesa e eram o custo de manter privada a origem do poder.

A grandeza e a importância de João Fernandes deveriam ser demonstradas publicamente, para que fosse honrado e respeitado pela sociedade. Um dos mecanismos para isso era a caridade para com os mais pobres, o que sempre engrandecia o ofertante. A Chácara que João Fernandes construiu nos arredores do Tejuco, denominada Palha,⁷⁹

76 ANTT. Cartórios Notariais. 5B. Livro 78. Caixa 15. Atual 12. f. 48-49.

77 ANTT. Desembargo do Paço. Estremadura. Maço 2112. Doc.37.

78 ANTT. Núcleos extraídos do Conselho da Fazenda. Junta de Direção Geral dos Diamantes. L3. p.1.

79 A construção, que não existe mais em Diamantina, mas costumava receber o nome de Chácara de Chica da Silva;. No entanto, a chácara jamais lhe pertenceu e sim a João Fernandes de Oliveira. Foi deixada pelo Desembargador para seu filho mais velho, João Fernandes de Oliveira Grigó.

abrigava não só os casamentos da elite local, mas também os de seus escravos. Com este ato, além de demonstrar a benevolência com seus cativos, contribuía para a difusão do catolicismo e das instituições familiares européias, ocupando o papel do bom súdito e fiel cristão. Em 1769, casaram-se “Cláudio com Maria, escravos de Francisca da Silva e Oliveira, na Chácara de João Fernandes”.⁸⁰

Outra forma de caridade era direcionada aos doentes. Dentre as obrigações dos contratos diamantinos constava a manutenção de um hospital, destinado principalmente aos negros que trabalhavam na mineração, os quais padeciam de vários males e sofriam acidentes nas minas. Na época de João Fernandes, era médico José Antônio Mendes que, mais tarde, escreveu um tratado de medicina chamado *Governo de Mineiros...* Contou que, no Tejuco, curou vários doentes de cancras, entre eles vários pobres “que pelo amor de Deus mandava curar o Desembargador João Fernandes de Oliveira, que alguns sararam com grande admiração do mesmo, que os via quando os mandava aceitar, e quando eles lhe iam render as graças já são”.⁸¹ Por meio desse ritual de visitar os doentes que mandava curar gratuitamente, e fazê-los render graças quando curados, o Desembargador publicizava sua grandeza, sua magnificência para com os desfavorecidos e trazia de volta para si os ganhos desse ato caridoso.

Outra manifestação pública da importância de João Fernandes no arraial, junto aos poderosos locais, foi concretizada no apadrinhamento da construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. No documento em que, em 1788, Sua Majestade confirmou o compromisso da Irmandade, estabelecido na década de 50, nele, o escrivão anotou: que “a capela que presentemente possuem por doação dela fez o Desembargador João Fernandes de Oliveira, edificada pelo mesmo com licença do Ordinário da respectiva Diocese”.⁸²

Os filhos

O primeiro documento sobre Chica após sua alforria, em 1754, registrou o nome de Francisca da Silva.⁸³ No ano seguinte, já foi citada como Francisca da Silva de Oliveira⁸⁴ e, algum tempo depois, passou a predominar a incorporação do tratamento de Dona ao seu nome. A mudança na forma de tratamento sugere a importância que alcançou du-

80 AEAD. Casamentos no Arraial do Tejuco. Caixa 335. f.41v.

81 MENDES, José Antonio. *Governo de Mineiros...* Lisboa: Oficina de Antonio Roiz Galhardo, 1770. p.133.

82 Belo Horizonte. Arquivo do IPHAN. Pasta de Tombamento da Igreja do Carmo de Diamantina.

83 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. f.32

84 Idem. f.42v.

rante sua trajetória de vida e que lhe permitiu que ela encontrasse sua identidade junto à camada de brancos.

O sobrenome Oliveira foi incorporado oficialmente no momento do nascimento da primeira filha, sugerindo um pacto informal entre os consortes, já que não era adequado e até mesmo possível legalizar sua relação. Todos os pedidos de casamentos eram analisados pelas autoridades eclesiásticas portuguesas e os que envolviam consortes em condições de nascimento ou raciais diferentes eram negados. Silva era sobrenome generalizadamente adotado no mundo português, indicando exatamente indivíduo sem procedência ou origem definida. Francisca da Silva de Oliveira, mulata forra, como seu nome ostentava, afirmava-se no mundo livre, por seus próprios meios, porém conectada ao homem ao qual permanecerá ligada até o fim de seus dias, do qual adquiriu o sobrenome Oliveira.

Em 1754, Chica, já então livre, era proprietária de casa e escravos, como comprova no Tejuco o registro, pois em dezembro desse ano, foi registrado Manoel, filho de uma sua escrava, nascido em sua casa.⁸⁵ Em abril do ano seguinte, nasceu a primeira filha dos dois, Francisca de Paula, mulata.⁸⁶ Foi registrada como de pai desconhecido, apesar de Chica ostentar oficialmente seu novo sobrenome, ao invés do habitual Francisca, parda, escrava de ...

Durante 15 anos, entre 1755, quando nasceu sua primeira filha, até 1770, quando João Fernandes voltou para Portugal, eles mantiveram um relacionamento estável, do qual nasceram treze filhos. A média de um filho a cada treze meses faz desmoronar a figura sensual e lasciva, devoradora de homens, sempre vinculada a Chica. João Fernandes não teve dúvidas sobre a paternidade dos rebentos ao legitimá-los e legar-lhes todo o seu patrimônio.⁸⁷ Foi possível encontrar o registro de nascimento de onze deles no Tejuco e Macaúbas, mas infelizmente, quanto a o Livro de Bastismos de 1769 a 1780, está tão danificado que impossibilitou a consulta.

Como já foi dito, em 1755, nasceu Francisca de Paula. João, que se tornaria o principal herdeiro do pai homônimo, nasceu em 1756. No ano seguinte veio Rita, e dois anos depois nascia Joaquim. Antônio Caetano nasceu em 61, seguidos de Ana, Elena e Luiza,⁸⁸ nascidos nos anos consecutivos. Em 1766 nasceu Maria,⁸⁹ seguida de Quitéria no ano se-

85 Idem. f.32.

86 Idem. f.42v.

87 SOUZA, Joaquim Silvério. *Sítios e personagens históricos de Minas Gerais*, sd. Ap. LIII, nota 2. E ANTT. Cartórios Notariais. CSB. Livro 75. Caixa 15.

88 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. fs.47v, 55, 74, 82v, 85v, 89v e 98v.

89 AFS. Livro Avulso de Testamentos. Testamento de Maria de São José Fernandes de Oliveira.

guinte⁹⁰ e em 1769 veio a caçula Mariana,⁹¹ o que significa que Antônia⁹² era de 1768 e José Agostinho⁹³ provavelmente de 1765 ou 1770.

Quase todos os nomes escolhidos pelo casal reafirmavam os laços de família, de onde eram oriundos os prenomes, e procuravam sugerir que ali se estabelecia uma família autêntica, ainda que não sagrada pelos laços oficiais do matrimônio. As cinco irmãs de João Fernandes, todas recolhidas no convento de Monchique da cidade do Porto, chamavam-se Ana Quitéria, Maria Margarida, Rita Francisca e Elena. Maria era também o nome de sua mãe. João era nome do próprio Desembargador, de seu pai e de seu avô. O pai de Chica chamava-se Antônio Caetano, a mãe Maria e sua irmã era Rita. No testamento do Sargento Mor, João Fernandes ele afirmou a devoção à Santa Rita, São Francisco de Paula, São Joaquim e Santo Antônio. A várias das filhas foi dado também o sobrenome São José, o mesmo que algumas das tias freiras ostentavam e que era também devoção do avô.⁹⁴ Percebe-se que a escolha dos nomes, provenientes dos diversos indivíduos da família, pretendia honrar os filhos, inserí-los no seio familiar, base de seu reconhecimento e identificação, buscando também conferir legitimidade à relação.

Se a escolha dos nomes ancorava-se no passado, nas tradições familiares, os registros de batismo das crianças apontavam para o futuro e demonstravam os laços que o compadrio honrava e que o casal estabelecia em vida entre a sociedade do arraial. Foram chamados para batizar as crianças importantes moradores do Tejuco. Se por um lado, essas ligações certificam que a relação ilícita era aceita pela sociedade local, por outro, era indicativo que tal situação foi empecilho para que João Fernandes pudesse estabelecer, mediante o compadrio, laços que extrapolassem o arraial e criassem obrigações e reciprocidades com autoridades importantes da Capitania, especialmente o Governador.

Os registros de nascimento do Tejuco, de onde é possível se apreender os laços de compadrio, demonstraram que o amistoso relacionamento entre as partes prevaleceu durante a vida e a morte dos envolvidos. Curioso para os olhos contemporâneos o padrinho escolhido para Francisca de Paula ter sido o doutor Manoel Pires Sardinha, seu antigo proprietário e pai de seu primeiro filho. Sardinha fora o procurador do segundo contrato dos diamantes estabelecido pelo Sargento Mor João Fernandes

90 Arquivo do Convento de Macaúbas. (ACM). Livro de registros de entradas no Recolhimento.

91 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1769/1780. f.84.

92 AFS. Livro Avulso de Testamentos. Testamento de Maria de São José Fernandes de Oliveira.

93 ANTT. Desembargo do Paço. Estremadura. Maço 1078. No.11.

94 ANTT. Cartórios Notariais. Livro. 300. f.28v-34v.

de Oliveira, de quem evidentemente despertava confiança;⁹⁵ e, portanto, gravitava no círculo de amizades da família Fernandes de Oliveira, vindo os laços de compadrio selar os compromissos recíprocos inerentes a essa relação⁹⁶. Em 1756, Chica e o médico foram padrinhos de Rosa, filha de uma escrava do cirurgião-barbeiro, José Gomes Ferreira. Este senhor alforriou a criança e Sardinha concedeu-lhe uma esmola de 32 oitavas de ouro.⁹⁷ Também demonstrando sua amizade pela ex-escrava Francisca Pires, mãe de Cipriano Pires Sardinha, Chica foi madrinha de sua filha Bárbara em 1756, e João Fernandes e sua filha Rita Quitéria foram padrinhos de sua outra filha, Elena, nascida em 1762.⁹⁸

Ao se analisar a relação dos outros padrinhos dos filhos de Chica e João Fernandes, a primeira coisa que salta aos olhos é a ausência na relação de qualquer autoridade importante da administração da Capitania ou mesmo do Distrito, especialmente o Intendente dos Diamantes, expediente sempre utilizado pelos contratadores, para garantir as benesses da principal autoridade portuguesa local. Além de Manoel Pires Sardinha, foram padrinhos o Sargento Mor José da Silva de Oliveira, velho amigo de seu pai; o Coronel José Velho Barreto, importante fazendeiro e negociante por grosso no Tejuco. Garantindo os vínculos familiares, seu tio Ventura Fernandes de Oliveira, estabelecido em Vila Rica, foi padrinho de Joaquim. Os demais padrinhos foram escolhidos entre militares locais de baixas patentes, como o Sargento Mor Antônio Araújo de Freitas, o Capitão Luís Lopes da Costa, padrinho de Ana, Elena e Luiza, e os Capitães Francisco Malheiros e Luis de Mendonça Cabral. A mancebia do importante contratador branco com uma mulata, a impossibilidade de legalizarem o matrimônio e o conseqüente registro dos filhos como naturais, constando apenas o nome da mãe, tornavam impossível que essas cerimônias fossem utilizadas para criar os desejáveis laços de compadrio com autoridades de altas patentes que em muito auxiliariam no estabelecimento de laços recíprocos, mesmo que tal relação fosse socialmente aceita pela elite local.

A educação da prole

Chica procurou agir como qualquer senhora da sociedade. Educou suas filhas no Recolhimento de Macaúbas, melhor educandário das Minas, destinado apenas às filhas da elite⁹⁹, onde fez entrar suas nove filhas. O Recolhimento era destinado às filhas da elite mineira; misto de

95 AHU. MAMG. Caixa 60. Maço 29.

96 FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole...*

97 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. f.49.

98 AEAD. Livro de Batismos do Arraial do Tejuco. Caixa 297. 1745/1765. f.50 e 86.

99 ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p.22-6.

convento e educandário, algumas vezes abrigou mulheres casadas que, na ausência dos maridos, buscavam proteção, refúgio e paz. Macaúbas era um dos raros locais das Minas onde as mulheres podiam ter acesso a uma educação formal, já que a grande preocupação da época era a educação masculina¹⁰⁰. A falta de mulheres na colônia, principalmente brancas, era crônica e, nas Minas, de povoamento recente e voltado principalmente à exploração do ouro, a situação era mais grave. O número de homens muito superior ao de mulheres e, entre estas, a predominância de negras e mulatas, dificultavam as relações estáveis legalizadas sob os laços sagrados do matrimônio católico. Estes motivos levaram à proibição da instalação de conventos em Minas Gerais e, por isto, Macaúbas funcionou informalmente ao longo de quase todo o século XVIII.

Apesar da existência de um outro recolhimento em Minas Novas, muito mais próximo do Tejuco, para que as filhas pudessem receber educação esmerada, Chica preferiu deslocá-las até perto de Jaboticatubas, na Comarca de Sabará, onde Macaúbas foi construído, na proximidade do Rio das Velhas. O recolhimento de Minas Novas, que funcionava na propriedade rural de uma das recolhidas, era conhecido por sua pobreza.

Educação esmerada para as mulheres significava, principalmente, a preparação para uma vida virtuosa. Os muros do convento deveriam funcionar como uma barreira intransponível para a vida mundana que grassava no seu exterior. Puras, intocadas e bem preparadas, as mulheres ali reclusas estariam aptas a escolher qualquer uma das duas possibilidades que a sociedade da época possibilitavam: a vida religiosa ou o casamento honrado. Macaúbas, edificado em recanto apazível, mas distante e retirado, era local ideal para que Chica preparasse as filhas para ocupar os lugares a elas destinados na elite do arraial.

Como se verá a seguir, Chica buscou, prioritariamente, no Recolhimento que suas filhas tivessem uma educação formal, virtuosa e de qualidade, por isto somente Francisca de Paula, Elena, Rita, Ana e Antônia professaram os votos e tornaram-se freiras. Mesmo assim, as quatro primeiras abandonaram mais tarde o hábito para se casarem. A educação que recebiam, quando penetravam no convento, baseava-se nos valores cristãos e era uma ruptura em relação ao mundo externo. Reclusas, vivendo em uma simples cela individual, as internas deviam prontamente abandonar os valores a que estavam habituadas em casa — e, para isto, cerimônias, ritos e a adoção de novos padrões de comportamento demarcavam o início de uma nova vida. O tempo do Recolhimento era

100 ROMEIRO, Adriana. *O desregramento da regra: imaginário e cotidiano no Recolhimento de Macaúbas*. Belo Horizonte, 1998. (Comunicação, mimeo).

devotado à Deus, e o ambiente, suspenso entre a terra e o céu, propiciava a formação da alma caridosa e pura da honrada cristã.

A disciplina reinante no convento deveria ser rígida e tinha como objetivo moldar a alma e o corpo segundo os princípios cristãos. Porém, enorme distância separava o ideal da prática, os estatutos da realidade. Nas primeiras décadas do século XVIII, por exemplo, os confessores das internas, os capelães Manoel Pinheiro de Oliveira e Antônio Alvares Pugas acabaram nos cárceres da Inquisição acusados do crime de solitação. Isto é, tentaram seduzir as recolhidas, utilizando-se da intimidade criada no momento da confissão.¹⁰¹ O processo revelou um convento completamente fora dos padrões esperados de moralidade, onde as recolhidas segredavam entre si as propostas indecentes recebidas no confessionário, onde os capelães requisitavam “abraços e boquinhos, peitos para acariciar e ligas para guardar de lembrança, chamando as recolhidas para encontros fortuitos em seu quarto”.¹⁰²

Em 1734, uma Devassa realizada no Recolhimento revelou a desordem que reinava no convento. A madre regente, que deveria ser a primeira a guardar e preservar as rígidas normas internas, foi acusada de não atender as enfermas, nem realizar vistorias noturnas nas celas, onde internas chegavam a partilhar a mesma cama, sugerindo um ambiente devasso e não casto como fora idealizado. A rotina do convento deveria ser prescrita de modo a evitar o tempo ocioso, senhor dos vícios e da perversão. Além dos exercícios espirituais, da oração, da penitência, da prática do coro e da confissão, as internas deveriam se dedicar às tarefas manuais, que preencheriam o tempo restante. Porém, o mundo exterior, ao contrário do que deveria acontecer, penetrava nos muros da clausura e se reproduzia internamente. A prática de trazer escravos para dentro da clausura, — pois as senhoras num mundo escravista, sentiam aversão a qualquer forma de trabalho manual, visto sempre como degradante, — pervertia a ordem reinante e tornava mundano um ambiente construído para a edificação dos espíritos e elevação das almas.

Chica aproveitou-se dessa informalidade do convento para ali entrar e sair a seu bel prazer, visitando as filhas quando bem queria e levando-lhes alimentos especiais, como frango para as enfermas e outros quitutes.¹⁰³ Do lado de fora, João Fernandes chegou a mandar edificar uma pequena casa, onde ela podia se estabelecer em suas estadas prolongadas.

Em 1767, Chica recolheu em Macaúbas as filhas mais velhas, Fran-

101 LIMA, Lana Lage da Gama. *A confissão pelo avesso: o crime de solitação no Brasil colonial*. São Paulo: USP — FFLCH, 1990. (Tese. Doutorado em História).

102 Apud: ROMEIRO, Adriana. *O desregramento da regra: imaginário e cotidiano no Recolhimento de Macaúbas*. Belo Horizonte, 1998. (Comunicação, mimeo).p.9.

103 Belo Horizonte. Arquivo Particular Assis Horta. Documentação Avulsa do Convento de Macaúbas. (Agradecimento ao Sr. Assis Horta a gentileza de acesso a seu acervo particular).

cisca de Paula, Rita Quitéria e Ana Quitéria, pelas quais pagou o dote de novecentos mil réis em barra de ouro por cada uma, no ano seguinte.¹⁰⁴ As meninas levaram para dentro da clausura três escravas pardas e mais um casal que ficou de fora para as assistirem, e puderam contar com mais sessenta mil réis por ano para sua sustentação, que João Fernandes pagou adiantado no primeiro ano.¹⁰⁵

Em 1776, Rita Quitéria voltou para casa, vítima de “moléstia grave” para se tratar pelo prazo de seis meses,¹⁰⁶ “com umas feridas pela garganta e nariz, que lhe sobrevieram a sete meses, do que não se pôde comodamente curar”.¹⁰⁷ Era então recolhida, mas não manteve esse estado pois, mais tarde, se casou no Tejuco.¹⁰⁸ Em 1780, já estavam ali também mais outras quatro filhas, Elena, Luzia, Maria e Quitéria.¹⁰⁹

O ano de 1780 foi decisivo no destino das filhas nas Macaúbas. Como João Fernandes morrera em fins de 1779, Chica teve que tomar as providências necessárias ao destino das filhas. Quase todas voltaram então ao seu convívio, apesar de não haver evidências de grandes dificuldades econômicas, já que todas receberam dotes de seu pai na forma de fazendas. Chica provavelmente achou por bem prepará-las para o casamento que manter os gastos com aquelas que efetivamente não tinham pendor para a vida monástica. Leila Mezan Algranti inferiu que as reformas do Frei Domingos da Encarnação Pontével que proibiram a livre entrada na casa, visando sua moralização, pode ter sido um dos motivos que levaram Chica a retirar as filhas¹¹⁰. Isso pode ter tido algum peso, mas com certeza foi decisiva a ausência do amparo financeiro paterno e a necessidade de encaminhar as filhas na vida, pois a permanência no Recolhimento estava condicionada ao pagamento dos dotes. Na petição enviada à Madre Regente, Chica afirmou que as filhas mais novas, Luiza, Maria e Quitéria “entraram tão somente para aprenderem os primeiros rudimentos e os da virtude que se pratica louvavelmente no dito Recolhimento e como nunca se resolveu a que estas persistissem perpetuamente lhes não aprontou dote”.¹¹¹

Com efeito, respondendo aos pedidos de Chica, em 1781, Francisca de Paula, doente nessa época, foi autorizada a passar um ano em sua casa tratando-se, “dentro do qual se obriga a voltar para esse Recolhimento (...) e se obrigava a andar de hábito, como irmã recolhida, e em

104 ACM. Termo de paga dos dotes das três sobreditas...

105 ACM. Livro de registros de entradas no Recolhimento. p.85-6.

106 ACM. Livro de registros de entradas no Recolhimento. p.50.

107 ACM. s.n.

108 BAT. Inventário de Rita Quitéria de São José Fernandes de Oliveira Lucena. 1º ofício, maço 63.

109 ACM. s.n.

110 ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p.24.

111 ACM. 1780. s.n.

tudo observar as determinações”. Na mesma data, foram-lhe entregues as três filhas mais novas Luiza, Maria e Quitéria que ali estudavam. Também Elena, Rita e Ana, já irmãs recolhidas, desistiram do hábito e voltaram ao convívio com sua mãe.¹¹² Francisca de Paula também acabou por abandonar a instituição, casando-se em 1796 no Tejuco.¹¹³

No mesmo ano de 1781, enquanto quase todas deixavam o recolhimento e voltavam para casa, Antônia foi recolhida, “de sua livre vontade”,¹¹⁴ evidência de que Chica continuava a prezar a instituição. Em 1806, Antônia ainda estava em Macaúbas e tinha a seu serviço no Recolhimento a escrava Edwirges, crioula, emprestada de sua irmã Maria.¹¹⁵

O Desembargador João Fernandes foi um benfeitor do Recolhimento, contribuindo para sua instalação e permitindo um tratamento melhor para suas filhas, por isso não precisou pagar dote quando as primeiras filhas e duas de suas netas foram internadas. De fato, foi sua filha Quitéria quem deu recibo de quitação, quando da entrada de suas duas filhas, de uma dívida que o Recolhimento tinha com seu pai “celas feitas pelo dito Desembargador, ficando obrigado a assistir às mesmas duas recolhidas”.¹¹⁶

As vidas das filhas de Chica estiveram permanentemente ligadas ao convento, várias delas voltando para dentro de seus muros, buscando refúgio em momentos de aflição e na velhice. Ali, a partir de 1789, esteve internada Quitéria com seus quatro filhos, concubina do Padre Rolim, esperando seu retorno de Portugal, onde se encontrava preso, acusado de participar da Inconfidência Mineira. Em 1832, suas duas filhas mulheres encontravam-se ainda recolhidas em Macaúbas — Mariana Vicência e Maria dos Prazeres¹¹⁷. Ana Quitéria e Mariana de Jesus também voltaram para o Recolhimento, mesmo estando casadas e Francisca de Paula retornou depois de ter se ficado viúva.¹¹⁸

A vida no arraial

Ao longo de sua vida, Chica procurou sua inserção social e a de seus filhos no seio da elite do arraial. Isto se deu a partir de vários expedientes e não devem ser creditados apenas à importância e à fortuna do contratador, já que ele teve que retornar a Portugal, em 1770. A partir de

112 ACM. sn

113 AEAD. Casamentos no Tejuco. Cx.335. f.203.

114 ACM. sn.

115 AFS. Livro Avulso de testamentos.

116 ACM. Livro de registros de entradas no Recolhimento.

117 ACM. s.n.

118 BAT. Documentos Avulsos. Caixa 478. f.233.

então, Chica teve que contar consigo mesma e buscar mecanismos próprios de manutenção do seu *status*, a exemplo do que faziam as outras mulheres forras do Tejuco.

Um dos mecanismos de afirmação social utilizado foi a filiação a diversas Irmandades, inclusive ocupando cargos de direção. Percebe-se que a exemplo das vinte e três mulheres forras estudadas anteriormente, Chica e seus filhos transitaram por todas as Irmandades do Tejuco, não encontrando resistência por parte da sociedade. Muito antes pelo contrário, muitas vezes, suas presenças, inclusive em várias mesas diretoras, foram mecanismos de dignificação e proteção das Irmandades, distinguindo-se aí a do Rosário.

Chica e sua família pertenceram às principais Irmandades do Tejuco, local privilegiado de reconhecimento social. Foi possível constatar sua presença em quase todas elas, seja de brancos, mulatos ou negros. Teve trânsito livre, assim como seus descendentes, nas diversas Irmandades de brancos, especialmente Santíssimo, São Miguel e Almas, Nossa Senhora do Carmo do Tejuco e da Vila do Príncipe, São Francisco e Terra Santa, com a maioria das entradas ocorrendo posteriormente ao retorno de João Fernandes ao Reino e a sua morte. Isso revela que Chica efetivamente conseguira a ascensão social que tanto almejava para si e para os seus. Também, como era comum entre os brancos, participavam das Irmandades de mulatos e negros. Neste caso, mais do que um elo de identificação com os irmãos, o que era buscado era a concessão e a ostentação do prestígio, pois conferiam proteção à Irmandade.

Dona Francisca da Silva de Oliveira, como era sempre tratada, como sinal de sua distinção, era irmã nas seguintes Irmandades: da Terra Santa,¹¹⁹ onde entrou em 08.10.1766, contribuindo até um ano antes de sua morte; das Mercês,¹²⁰ onde foi Juíza¹²¹; de Nossa Senhora Rosário; de São Francisco de Assis¹²² e Nossa Senhora do Carmo da Vila do Príncipe, do Santíssimo Sacramento.¹²³

Uma das Irmandades de brancos mais importantes em todos os arraiais mineiros era a do Santíssimo Sacramento, que tinha altar específico na Igreja Matriz de Santo Antônio do Tejuco. Em 1791, entraram para esta Irmandade Francisca de Paula, Rita, Antônio, Mariana, Maria e Antônia.¹²⁴ Estas participações contrariavam diretamente os estatutos aprovados por Dona Maria, demonstrando que a sociedade não se regulava, ou não se comportava dentro dos estritos limites das regras escritas.

119 AEAD. Livros dos Irmãos da Terra Santa no Tejuco. Caixa 509. f.119.

120 AEAD. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Cx.520. f.20

121 AEAD. Entrada de Juizes e Juizas Irmandade Nossa Senhora das Mercês. Caixa 510. f.20.

122 AEAD. Livros de Óbitos. Ordem 3ª de São Francisco. f.55.

123 AEAD. Livro da Fabriqueira da Capela de Santo Antônio. Cx.509. f.3.

124 AEAD. Livro de Entrada da Irmandade de São Miguel e Almas. Caixa 519.

Para ingresso, exigia-se dos candidatos que “sejam pessoas honradas e de aprovados costumes”, mas sob estes dizeres genéricos excluía-se não só os de mau procedimento, mas principalmente os de origem suspeita, como eram os mulatos e bastardos. Por isto, era vedado aos Irmãos que acompanhassem o enterro daqueles que, “havendo contraído infâmia pelo seu procedimento, sendo pardas, e seus filhos”.¹²⁵

Eram irmãs de Nossa Senhora do Carmo do Tejuco suas filhas Quitéria, Antônia, Mariana, Ana, Rita, Maria, Luiza e Elena.¹²⁶ O Desembargador João Fernandes fora seu primeiro Prior, ficando no cargo até 1767¹²⁷.¹²⁸ Em 1798, a Irmandade ainda mandava rezar missas póstumas em sua homenagem.¹²⁹ Antônio Fernandes de Oliveira foi secretário da Mesa nos anos de 1777-81, assinando as atas respectivas, este também foi Irmão de São Francisco.¹³⁰ Pertenceram à Irmandade da Terra Santa, os filhos Antônio, Luiza e Ana, esta última tomou assento na Confraria, quando interna em Macaúbas.¹³¹

Simão Pires Sardinha, seu filho com seu antigo proprietário, apesar de mulato entrou para a Irmandade de São Miguel e Almas em 1762,¹³² era irmão do Santíssimo¹³³ e das Mercês;¹³⁴, desta última também Maria e Francisca de Paula faziam parte.¹³⁵ João Fernandes Grijó, filho de Chica, pertencia à São Miguel e Almas e foi irmão da Mesa da Irmandade do Rosário entre 1781/88, também Juiz de São Benedito na mesma Irmandade, quando em visita ao arraial.¹³⁶ Francisca de Paula era irmã do Santíssimo, Almas, Mercês e São Francisco.¹³⁷

Especial proteção despenderam à Irmandade do Rosário, irmandade que reunia os negros. Em 1773, Chica deu de esmola um par de brincos de ouro.¹³⁸ Francisca de Paula filiou-se em 1788 e, em 1793, foi irmã da mesa.¹³⁹ Foram também irmãos da mesa, Grijó e José, em sua estada no Tejuco em 1783-84.¹⁴⁰ Este comportamento observou-se rotineiro entre as forras, que encontravam mesmo no interior da Irmandade de negros forma de se diferenciarem.

125 Arquivo do IPHAN. Compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da Capela de Santo Antônio do Tejuco...

126 AEAD. Ordem Terceira do Carmo. 1763-1808. Caixa 541. e BAT.Documentos Avulsos. Caixa 478. f.233.

127 HORTA, Assis. Carmo ano 200...

128 HORTA, Assis. Carmo ano 200: Novo Prior, a escadaria ficou por nove oitavas de ouro. *Estrela Polar*, Diamantina, 1959.

129 Arquivo do IPHAN. Pasta de Tombamento da Igreja do Carmo. Documentos Avulsos.

130 AEAD. Documentos Avulsos da Ordem Terceira de São Francisco. 1781-82. Caixa 503.

131 AEAD. Livros dos Irmãos da Terra Santa no Tejuco. Caixa 509. f. 2, 8 e 23.

132 AEAD. Livro de entradas. Cx. 519. f.48v.

133 AEAD. Livro da Fabriqueira da Capela de Santo Antônio. Caixa 509. f.5v.

134 AEAD. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Cx.520. f.5.

135 AEAD. Livro de entrada de irmãos da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Caixas 520 e 510.

136 AEAD. Cx.519. f.87v. Cx.514. f.76v, 82, 83v e 92.

137 AEAD. Cx. 509; Cx.519; Cx.520, Cx.350.

138 AEAD. Livro de Inventário da Irmandade do Rosário. 1733-1892. Caixa 514.

139 AEAD. Entrada de Irmãos professos na Irmandade do Rosário 1782-1808. Caixa 514. f.26v e 44v.

140 AEAD. Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. 1750-1794.

No livro da Fabriqueira da Igreja Matriz de Santo Antônio do Tejuco, apareceram várias contribuições dadas por Chica para enterro de escravos seus e de suas filhas. Pelo fato de Chica ser filiada à Irmandade do Santíssimo Sacramento, ela tinha o privilégio de enterrar seus escravos na igreja matriz, apesar de eles não serem afiliados, privilégio que tinha por ser irmã do Santíssimo. Em 1787, demonstrando a caridade com os mais pobres, pagou pelo enterro de um indigente. Indício de que aprendera esta lição com João Fernandes, pois tratava-se não apenas de ato social, mas antes de mais nada era mecanismo de exteriorização de sua importância.¹⁴¹ Pelo mesmo motivo, apadrinhava constantemente batismos e casamentos de escravos e forros. Em 1760, foi madrinha de Antônio, filho legítimo de uma escrava, na companhia de Heitor de Sá, homem branco.¹⁴² Desde pequenos, os filhos eram estimulados a externarem o mesmo tipo de caridade com os pobres, mostrando-se bons cristãos e súditos do império. Francisca de Paula foi madrinha de vários batizados junto com o pai; também Simão e o pequeno João tiveram o mesmo comportamento.

Na sociedade escravista da América Portuguesa, constava entre as obrigações de um bom cristão garantir o acesso aos sacramentos religiosos. A Igreja procurava punir os senhores que não deixassem seus escravos irem à missa, ou negassem a extrema-unção, impedindo que essas almas fossem salvas. Proprietária de enorme plantel, Chica garantiu que eles tivessem acesso a todos os sacramentos cristãos. São inúmeros os registros de batismos, óbitos e enterros de seus escravos, nos livros depositados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Como exemplo, casaram-se na Matriz do arraial, Joaquim pardo e Gertrudez crioula. Em 1782, casaram-se seus escravos Antônio pardo e Faustina cabra, na presença de Domingos Fernandes de Oliveira, coadjutor e testemunha Cipriano Pires Sardinha.¹⁴³ Chica foi proprietária convencional, posto que converter os escravos à fé católica era um dos mecanismos de aculturação e acomodamento ao cativo e à cultura dominante. Não era também grande libertadora de escravos, não tendo sido encontrado nenhum registro de alforria concedido por ela, nem mesmo para filhos de suas escravos. Como os documentos são lacunares, esta afirmação não pode ser tomada de forma absoluta, porém confirma o comportamento tradicional das mulheres negras forras, de manter a todo custo o patrimônio acumulado.

Vários atos revelaram o cuidado com as filhas: Chica pagou para a Irmandade do Santíssimo pelo enterro de um escravo de sua filha Fran-

141 AEAD. Livro da Fabriqueira da Capela de Santo Antônio. Caixa 509. f.17v.

142 AEAD. Livro de batismos. 1745-65. Caixa 297.

143 AEAD. Casamentos no Tejuco. .Cx.335. f.33v.

cisca de Paula e um de Elena.¹⁴⁴ Parecia ser mãe cuidadosa, procurando encaminhar as filhas para um futuro seguro, casando-as com homens livres e brancos do arraial. A proximidade dos nascimentos dos filhos, apenas treze meses de intervalo, demonstra que Chica não amamentou as crianças, utilizando-se de escravas de leite, como era o costume. A reclusão das filhas em Macaúbas também era indício de sua preocupação em criá-las da melhor forma possível e não indiferença ou desapego, como se poderia pensar, à luz dos costumes de hoje.

A casa de Chica ficava na Rua do Bonfim, próxima de pessoas importantes do arraial. Era uma construção sólida, ampla e arejada, constituída de dois pavimentos, com seu quintal. Anexa ficava uma capela própria, consagrada à Santa Quitéria, de devoção da família Fernandes de Oliveira, privilégio de pouquíssimos no arraial, onde mais tarde se casaram duas de suas filhas. A fachada lateral era coberta por delicada treliça, que escondia a varanda, protegia o interior e garantia a ventilação.

O desaparecimento do testamento de Chica do Arquivo do Fórum do Serro impede a avaliação exata de seu patrimônio.¹⁴⁵ Mas pode-se fazer inferências a partir de outras fontes. Chica da Silva foi proprietária de significativo plantel de escravos para os padrões mineiros. Os registros de óbito, batizado, casamento e filiação às Irmandades na segunda metade do século XVIII no Tejuco revelaram o número de cento e quatro cativos de sua propriedade, sendo que treze deles tratavam-se de crianças mortas em tenra idade, diminuindo o número para noventa e um. Do total de cinquenta e oito escravos que foi possível saber o sexo, vinte e quatro eram mulheres e trinta e quatro eram homens, como era comum nos plantéis mineiros, onde os homens constituíam a maioria pois eram empregados nos serviços de mineração.

Na convivência com João Fernandes, Chica teve acesso a uma cultura sofisticada e letrada. Durante a estada de suas filhas em Macaúbas, assinou vários documentos, sinal de que se alfabetizara neste período. Efetivamente, não era mais a parda, escrava e analfabeta que assinara com uma cruz o termo de culpa por concubinato na Devassa de 1753.

Outros foram os exemplos de que Chica não só se educou, como promoveu a cultura local. No arredores do Tejuco, João Fernandes possuía uma chácara que foi palco de vários casamentos importantes do arraial. Joaquim Felício dos Santos afirmou tratar-se de local refinado, onde teria sido construído um lago artificial e colocado um navio, lem-

144 AEAD. Livro da Fabriqueira da Capela de Santo Antônio. Caixa 509. f.17v.

145 Xavier da Veiga viu o testamento. XAVIER DA VEIGA, João Pedro. *Efemérides Mineiras.*, Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: CEHC/ Fundação João Pinheiro, 1998. Efeméride de 12/12/1770, v.2.

brando o oceano. O jardim possuía plantas exóticas, árvores transplantadas da Europa, com cascatas e fontes artificiais, que corriam entre cristais e conchas. Possuía uma capela e sala espaçosa que servia de palco para bailes e peças de teatro. Ali teriam sido representadas peças de época como, *Os Encantos de Medéia*, *O Anfitrião*, *Porfiar amando*, *Xiquinha por amor de Deus*.¹⁴⁶

O gosto pela construção de jardins fechados começou no período renascentista. Com alamedas, bancos, flores e árvores exóticas, era lugar favorável para os encontros, fossem amorosos, sociais ou religiosos¹⁴⁷. Os jardins da chácara parecem ter abrigado todas essas formas os estes tipos de sociabilidades, sugerindo ter sido espaço de congraçamento e não de reclusão. Ali realizavam-se os casamentos, e as festas, das pessoas mais importantes do Tejuco, ritos de reconhecimento social. O jardim, com seus perfumes e odores, forma recriada da natureza superior ao agreste que dominava a paisagem que circundava o arraial circundante, informava a cada um dos convivas a importância dos anfitriões, que deveria ser celebrada em cada ato do seu cotidiano daquela sociedade. Só assim, Chica podia deixar o mundo no qual nasceu e desfrutar do mundo dos homens brancos, porém sempre repetindo seus gestos e seus ritos.

A separação e o fim do contrato

Em 1770, a morte do velho Sargento Mor João Fernandes de Oliveira, no Reino, interferiu de forma irreversível na vida do casal. O Sargento casara-se em segundas núpcias com uma rica viúva, em 1748, casamento arranjado pelo amigo, o Governador Gomes Freire de Andrade. Casamento de interesses, os nubentes estabeleceram um pacto pré-nupcial: a noiva Isabel Pires Monteiro incorporava seu rico patrimônio ao do marido, em troca, quando da morte deste, caso não houvesse filhos do matrimônio, ela retiraria da herança somente o montante correspondente à então realizada avaliação de seus bens. Porém, poucos dias antes de morrer, a madrastra conseguiu que o Sargento Mor alterasse seu testamento, concedendo-lhe direito à metade de seus bens.

Tal ato não parece ter sido em retaliação ao filho Desembargador, ou para impedir que seus descendentes mulatos entrassem futuramente na posse dos bens. Tudo indica ter sido influência de Isabel, que vivia confortavelmente no Reino às custas da riqueza do marido, e certamente não gostaria que, com sua viuvez, visse ser privada da casa, das jóias e

146 SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976. p.124

147 RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIËS, Philippe, DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.3. p.215-9.

do reconhecimento social que desfrutava. Exageros à parte, João Fernandes e cronistas da época se referiram à ganância de Isabel, à vida de luxo e dissipação que pretendia manter como elementos responsáveis pela alteração do testamento. De fato, o que a princípio parecia ter sido um casamento movido por questões financeiras, efetivamente durara 32 anos e, no leito de morte, o Sargento Mor se preocupou em deixar sua viúva em excelentes condições financeiras.

O Desembargador João Fernandes retornou imediatamente ao Reino para lutar pela anulação do testamento, que feria mortalmente seus interesses econômicos, posto que a arrematação dos contratos, em parceria com o pai, tornaram seus interesses econômicos indissociavelmente atados. Nos últimos anos, o filho contribuíra enormemente para o enriquecimento do pai e via na sua herança forma de ser recompensado pela boa administração dos diversos contratos diamantíferos que administrara (4.^o, 5.^o, e 6.^o - entre 1754 e 1770).¹⁴⁸

Esse foi o verdadeiro motivo da partida precipitada para Lisboa. A decretação do monopólio régio dos diamantes e a criação da Real Extração não eram retaliações ao contratador. Da mesma forma, a tão falada viagem do Conde de Valadares ao Tejuco para devassar secretamente os desmandos de João Fernandes e os embustes do Governador para prejudicá-lo nunca existiram, pois não há uma única referência em toda a documentação dos Governadores no Arquivo Público Mineiro, nem qualquer referência que este tivesse qualquer participação ou influência na decisão da Coroa de assumir a extração dos diamantes. Efetivamente, em julho de 1771, Pombal justificou sua decisão de dar por encerrado o contrato no final daquele ano,

*por quanto pelo falecimento de João Fernandes de Oliveira, contratador que foi da Real Extração dos diamantes das minas do Brasil findou o arrendamento por ele celebrado. Devendo, por isto, parar o giro do mesmo contrato para a liquidação das contas entre ele e os seus sócios, e contar-se para este efeito o tempo do mesmo contrato na conformidade de os outros da Minha Real Fazenda. Sou servido declarar findo o atual arrendamento do sobredito contratador falecido e a sociedade dele por acabada no último de dezembro próximo futuro, (...) o atual administrador geral Caetano José de Sousa será conservado no Arraial do Tejuco enquanto se julgar que cumpre bem suas obrigações de que se acha encarregado.*¹⁴⁹

148 ANTT. Desembargo do Paço. Ilhas. Maço 1342. Doc.7.

149 ANTT. Núcleos extraídos do Conselho da Fazenda. Junta de Direção Geral dos Diamantes. L.3. p.1

Nada indicava qualquer suspeição de contrabando ou irregularidades.

As datas confirmam que a decisão de monopolizar os diamantes ocorrera porque Pombal não podia mais contar com o João Fernandes no Brasil, retido em Portugal devido aos litígios de herança. O Desembargador voltou para Portugal no segundo semestre de 1770 e o monopólio régio só foi decretado em agosto de 1771, apenas um ano depois, quando era certo que a permanência de João Fernandes em Lisboa iria se alongar. A Real Extração também só começaria a vigorar em janeiro de 1772, dando tempo ao administrador encarregado por João Fernandes de organizar suas contas e fechar o ano. Especialmente, permitia que as lavras fossem exploradas ainda por ele durante o período das secas do ano de 1771, que ocorria na época do inverno (maio — setembro), época de maior facilidade de extração, pois as águas dos rios baixavam, permitindo melhor acesso ao leito.

Na verdade, na petição que João Fernandes enviou ao Reino pedindo que as providências em relação ao testamento do pai fossem suspensas, afirmou que já arrematara em 11 de setembro de 1770 a continuidade de seu contrato dos diamantes. Assim que chegou ao Reino, João Fernandes pediu que o Rei impedisse uma demanda judicial em torno da herança do velho contratador, pois tais delongas trariam “irreparável prejuízo ao suplicante, e aos comerciantes interessados nos grandes contratos da sua casa”. Temia que uma longa permanência no Reino o impedisse de continuar à frente do contrato dos diamantes. Nas suas palavras, ele era, legitimamente, o “único herdeiro do dito seu pai, e tão capaz de continuar e finalizar os negócios de sua casa, que sendo o principal deles, o contrato da Extração dos Diamantes”.¹⁵⁰

Era constante, na política pombalina, entregar negócios estratégicos do Reino a figuras da confiança e do círculo de amizade do Ministro dos Negócios, que promovera junto consigo uma elite mercantil que se enobreceu¹⁵¹. A ausência de um desses elementos na condução do vital contrato dos diamantes só podia ser sanada com a já manifesta tendência da política pombalina de retomada do controle da Coroa sobre as riquezas do Reino, com a decretação de monopólios régios. Neste caso, a solução se apresentou não como a culminância de um projeto pombalino de longo prazo, mas como a reação inevitável a uma situação específica e de difícil solução. Na ausência de um homem de confiança, era preferível entregar os negócios do Reino aos administradores públicos, que estavam sendo preparados para este fim.

Mas, nem a proteção de Pombal ou do próprio Rei foram suficientes

150 ANTT. Desembargo do Paço. Ilhas. Maço 1342. Doc.7. f.46v-47.

151 MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

para impedir que o processo chegasse aos tribunais. A defesa da madrastra era consistente, pois os médicos que acompanharam o moribundo Sargento Mor e os capelães que ministraram os últimos sacramentos atestaram sua sanidade mental e capacidade para alterar seu testamento de livre vontade. João Fernandes não teve outra opção a não ser permanecer em Portugal, tentando mover influências para não perder a ação. Apesar das evidências da sanidade do Sargento Mor, em janeiro de 1773, a sentença do Tribunal da Relação foi favorável a João Fernandes, determinando “não dever ela ser meeira nos bens do dito casal de seu marido, nem nos adquiridos, devendo só ser inteirada do seu dote”. A amizade de Pombal, que se estendeu ao Desembargador João Fernandes assim que ele voltou à Corte, foi, segundo a madrastra, determinante para sua vitória no processo, que era devida à “opulência de seu enteado e à proteção dos Ministros de Estado”.¹⁵²

Três meses depois, a madrastra protestou contra a sentença e, novamente, João Fernandes se viu preso ao Reino, enredado nas teias do processo. Irado, conseguiu um despacho de Pombal para trancafiar a madastra num convento, onde esta permaneceu até 1778. Com a ascensão de Dona Maria I, a política do Reino se inverteu e os protegidos de Pombal se viram ameaçados, momento conhecido como a Viradeira. A viúva aproveitou-se para enviar uma petição à Rainha, contando sua desdita. Afirmou que vivia da caridade das freiras, não tendo o Desembargador pago as mesadas anuais que lhe eram devidas. Defendeu-se João Fernandes alegando que ela saíra de casa levando jóias e dinheiro, isentando-o portanto dos pagamentos.¹⁵³

Quando o Desembargador João Fernandes retornou para Portugal, dividiu com Chica as responsabilidades em relação à sua descendência. Demorou-se ainda no Brasil durante o segundo semestre do ano de 1770, após a morte de seu pai, colocando ordem nos negócios da casa e da família. Na ocasião, Chica redigiu seu testamento, dispondo seus bens, certamente dados por João Fernandes, entre os filhos, esses certamente dados por João Fernandes e, com isso, garantindo-lhes sua sobrevivência na ausência do pai ou da mãe. Assumiu o compromisso de garantir a educação das filhas e os cuidados para com elas; João Fernandes embarcou para o Reino com os quatro filhos homens e ainda Simão Pires Sardinha, responsabilizando-se pelo futuro dos meninos.

Com a morte do Desembargador João Fernandes de Oliveira em Lisboa, em dezembro de 1779, Chica tomou as providências para levar para casa as filhas então internas em Macaúbas. Para isto obteve o consentimento do tutor nomeado por João Fernandes, o Sargento Mor Ma-

152 ANTT. Desembargo do Paço. Côte. Maço 1342. Doc. 7. f.54v-65 e 101.

153 Idem. f. 66v-68.

noel Baptista Landim. A partir daí, a preocupação de Chica foi garantir bons casamentos para as meninas. Rita Quitéria casou-se com o Alferes Bento Dias Chaves e tinha negócio de fazenda seca no arraial do Tejuco, além de uma casa na cidade, uma fazenda deixada pelo pai e trinta e quatro escravos¹⁵⁴. Porém, vivera antes consensualmente com o Alferes, tendo o primeiro filho sido registrado inicialmente como natural e legitimado depois do casamento. Pelo crime de concubinato, foi presa, em 1799, na cadeia do arraial de Conceição do Mato Dentro, por ordem da mesa da Visita Episcopal, ali ficando mais de um ano.¹⁵⁵

Em 12 de agosto de 1796, Francisca de Paula casou-se na Ermida de Santa Quitéria do Tejuco, com José Pereira da Silva e Souza, filho legítimo de Custódio José Pereira e Maria da Silva de Jesus, natural do Porto.¹⁵⁶ Casava-se aos 41 anos de idade e desse matrimônio não deixou filhos.¹⁵⁷ Em 25 de agosto do mesmo ano, casou-se Mariana com o Alferes José Barbosa da Fonseca, natural do Bispado do Porto; foi testemunha o Intendente João Inácio do Amaral Silveira, revelando que Chica era capaz de estabelecer relações com as importantes figuras locais, apesar da ausência de João Fernandes, ou mesmo por causa disso. Nessa época, ela era respeitável e rica senhora de vastos cabedais e não mais uma ex-escrava ou concubina aos olhos de seus contemporâneos. Em 1806, morreu no Tejuco um dos filhos de Mariana, recém-nascido, tendo o registro de óbito dado como causa da morte o “malino”.¹⁵⁸

Ana Quitéria casou-se com José Barboza, cunhado de sua irmã Mariana, do casamento não tendo filhos.¹⁵⁹ Já Maria afirmou em seu testamento que “nunca fui casada e sempre vivi no estado de solteira e nele tive uma filha por nome de Maria que foi exposta em casa de minha irmã D. Ana Quitéria”.¹⁶⁰ Em 1804, finalmente reformou a certidão de batismo, registrando-a como sua filha natural do Tenente Agostinho José.¹⁶¹ Em 1806, Antônia ainda estudava em Macaúbas e Quitéria amancebouse com o padre Rolim, com o qual teve cinco filhos: José da Silva de Oliveira Rolim Jr., Thadeu José da Silva de Oliveira Rolim, Domingos José Augusto, Mariana Vicência da Silva e Oliveira e Maria dos Prazeres da Silva e Oliveira.¹⁶²

Luízia casou-se com Manoel Ferreira Pinto, não deixando descendência. Quando este morreu em 1817, já era viúvo. Em 1808, morreram

154 BAT. Maço 63. 1º ofício.

155 Serro. Arquivo da Casa dos Ottoni. Livro de assento dos presos da cadeia. 1796. f.27v.

156 AEAD. Cx.335. Casamentos no Tejuco. f.203.

157 BAT. Maço 23. 1º ofício.

158 AEAD. Óbitos. 1785/1810. Caixa 351. f. 213.

159 BAT. Documentos Avulsos. Caixa 478. f.233.

160 AFS. Livro Avulso de Testamentos.

161 AEAD. Livro de batizados. 1806-1812. Tejuco. Caixa 298. f.11.

162 BAT. Testamento de José da Silva de Oliveira Rolim. Cartório do 1º ofício. Maço 39. f.21v

Rita e José Agostinho, este último enterrado na capela do Amparo. Maria, falecida em 1806, foi enterrada na Igreja de São Francisco de Assis, seu corpo foi acompanhado das Irmandades das Almas, Amparo e Mercês de que era irmã.¹⁶³ Seu filho João tornou-se herdeiro do pai, a quem reservou 2/3 de sua fortuna, constituindo em Portugal o Morgado do Grijó.¹⁶⁴ Casou-se com D. Anna Maria da Silva Fernandes de Oliveira, natural de Guimarães, com quem teve pelo menos dois filhos, João Germano e Lourenço João.¹⁶⁵ Por meio do Morgado, instituído em 1775, João Fernandes pretendeu continuar o processo de notabilização de sua família. Suas cláusulas retiravam da sucessão os filhos naturais de seus herdeiros, além de impedir seu livre casamento, devendo esses sempre “cuidar em que vá em aumento a sua descendência, buscando casamentos sempre melhores”.¹⁶⁶ Porém, esse não era o caso da escolhida por João Fernandes Grijó, já que contando com a oposição de seu tutor, ele teve que recorrer à Dona Maria para honrar os compromissos com a jovem amada, pois era filha de lavradores.¹⁶⁷

Em 21 de dezembro de 1779, muito doente, João Fernandes morreu em sua casa no sítio de Buenos Aires, doença agravada certamente pelos dissabores da era de Dona Maria I e das perseguições aos partidários de Pombal. O registro do óbito e seu enterro foi sucinto, tendo sido enterrado no Convento de Nossa Senhora de Jesus.¹⁶⁸ A moléstia deixara-o tão enfraquecido que não teve forças para assinar um último adendo a seu inventário, escrito três dias antes de seu falecimento.¹⁶⁹ O Desembargador redigira um testamento e dois complementos. O primeiro foi registrado em Vila Rica, em novembro de 1770, quando de seu retorno para o Reino e aprovado na Corte em 1774. Ali, dispunha suas principais preocupações com o destino de seus bens e instituiu o Morgado do Grijó. O primeiro aditamento, feito dois anos depois, tinha também um caráter nitidamente econômico, descrevendo minuciosamente vários bens.¹⁷⁰ A última modificação, feita às pressas na hora da morte, revelou o cristão temeroso do destino de sua alma e adquiriu uma feição mais típica da época. Eram todas pias as suas disposições finais.

Insatisfeito com a perda deste patrimônio beneficente, João Fernandes Grijó recorreu à Casa de Suplicação para impugnar o testamento. Seu ato escandalizou o padre Nuno Henriques Dorta, testamenteiro do falecido e encarregado de concretizar essas últimas disposições testamentárias, jus-

163 AEAD. Óbitos. 1785/1810. Caixa 351. f. 88, 279, 307, 316v.

164 ANTT. Cartórios Notariais. 5B . Cx. 15. Livro 75. Notas. Actual 12. f. 75-78v.

165 ANTT. Leitura de Bacharéis. Letra L. Maço no. A. Documento no.24

166 ANTT. Cartórios Notariais. 5B . Cx. 15. Livro 75. Notas. Actual 12. f. 75-78v

167 ANTT. Chancelaria de Dona Maria. Livro 22. f.294v.

168 ANTT. Registros paroquiais. N.1 caixa 7. Microfilme 1019.

169 ANTT. Registro Geral de Testamentos. Livro 312.

170 ANTT. Cartórios Notariais. 5B . Cx. 15. Livro 78. Notas. Actual 12. f. 48-48v e 75-78v.

tamente aquelas que serviam à remissão dos pecados e benventurança dos pobres. Cinco anos depois, após várias apelações, o testamento continuava inconcluso, pois Grijó apresentava uma série de recursos, que impediam que o testamenteiro finalizasse as contas e encerrasse o mesmo.¹⁷¹

José Agostinho ordenou-se padre. No Morgado, o pai instituiu-lhe uma cômputa de quatrocentos mil réis anuais, devendo se estabelecer na capela do Mosteiro do Grijó, que adquirira da Coroa.¹⁷² A morte do Desembargador levou João Fernandes de Oliveira Grijó de volta ao Tejuco, certamente como portador da notícia à mãe e com a tarefa de organizar os assuntos da casa.¹⁷³ Lá foi pego de surpresa pelo Alvará de Dona Maria I de 1780, que restituiu o Mosteiro do Grijó aos agostinianos.¹⁷⁴ Era o resultado das novas investidas da madrasta em busca de sua parte na herança. Esta, aproveitando-se da Viradeira e da perseguição aos antigos aliados de Pombal, conseguiu sensibilizar a Rainha a seu favor e iniciar novas demandas judiciais pela partilha dos bens do finado Sargento Mor, a partir de 1778.¹⁷⁵

Em 1781, Antônio Caetano e José Agostinho se apressaram a ir encontrar o irmão no Tejuco, provavelmente buscando refugiarem-se da política adversa na Corte. Em 1793, já de volta ao Reino, administrador do Morgado do pai, que reuniu consideráveis montantes emprestados a juros, Grijó ainda litigava pela herança do Sargento Mor, quando então o processo se encerrou pela morte da mulher do avô.¹⁷⁶

Simão Pires Sardinha teve todo o apoio do padraсто para iniciar seu processo de dignificação. Concluiu seus estudos em Roma, adquiriu um hábito de Cristo e diversas tenças anuais como almoxarife do Reino.¹⁷⁷ Em 1784, voltou para Minas na comitiva de Luís da Cunha Meneses. Esse, confiou-lhe o estudo do primeiro achado fóssil na Capitania, na região de Prados. Em 1788, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, quando da partida do Governador, e ali passou a freqüentar a Sociedade Literária. Envolveu-se na Inconfidência Mineira, mas sua participação não foi de todo esclarecida. Sabe-se que foi procurado por Tiradentes para traduzir a *Coleção das Leis Constitutivas das Colônias Inglesas Confederadas sob de Estados Unidos da América Setentrional*. Também foi ele que mandou avisar Tiradentes, no Rio de Janeiro, de que seria preso. Sob o abrigo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos, retirou-se para o Reino em agosto de 1789 e ali foi inquirido somente em 13-08-1790, na quali-

171 ANTT. Casa da Suplicação. Juízos Diversos. Inventários. Maço 375. Caixa 2093.

172 O mosteiro tinha sido seqüestrado por Pombal dos cônegos regrantes de Santo Agostinho.

173 ANTT. Desembargo do Paço. Estremadura. Maço 1078. Doc.11.

174 ANTT. Chancelaria de Dona Maria I. Livro 15. f.335.

175 ANTT. Desembargo do Paço. Ilhas. Maço 1342. Doc.7.

176 ANTT. Desembargo do Paço. Estremadura. Maço 707. Doc.10. e Maço 706. Doc.32.

177 ANTT. Chancelaria de Dona Maria I. Livro 6. f.314. Livro 23. f.23v, 24v, 25.

dade de testemunha. É falso que utilizou a proteção direta de João Fernandes para escapar, pois este já estava morto. Utilizou o argumento de que achava que Tiradentes era louco, por isso ouvira-o mas não lhe dera atenção, e que se retirara para Lisboa devido a assuntos familiares. Sábio e ilustrado, retornou ao Reino em 1789, buscando minimizar seu envolvimento na Inconfidência Mineira,¹⁷⁸ de lá ainda conseguiu uma patente de Tenente Coronel da Cavalaria Auxiliar de Minas Gerais. Em 1803, coberto de nobreza aos 50 anos, ainda se encontrava no Reino.¹⁷⁹

Conclusão

Tudo indica que o relacionamento entre Chica e João Fernandes só não foi totalmente convencional porque a sociedade hierárquica da época impedia a legalização de um matrimônio entre pessoas de origens e condições tão desiguais. Mesmo tendo sido omitida do Morgado, Chica esteve sempre presente nos pensamentos de João Fernandes e certamente, o que se depreende e se manifestou no zelo e cuidado que tiveram com os filhos a quem procuraram encaminhar da melhor forma possível. Disposto a introduzir seus varões na Corte, o Desembargador sabia bem que era necessário esconder suas origens, consideradas ilegítimas e indignas por seus contemporâneos. Para isso, era preciso apagar da memória sua relação com a ex-escrava e ocultá-la, como bem demonstrou no processo de habilitação à Ordem de Cristo de Simão Pires Sardinha. Omitir a existência de Chica em seus legados não era sinal de esquecimento ou ingratidão, mas revelava o cuidado em dignificar os filhos frente à sociedade hierárquica do Reino e com isso, mesmo à distância, cuidava de Chica, que deixara no Tejuco de posse de vastos bens, e de seus filhos, garantindo-lhes o futuro.

Chica morreu no Tejuco em fevereiro de 1796. Confirmando o reconhecimento social que alcançara, foi enterrada no corpo da Igreja de São Francisco de Assis, cuja Irmandade era reservada e congregava a elite branca local.¹⁸⁰ Teve ofício de corpo presente, com a presença de todos os sacerdotes do arraial, seu corpo foi também acompanhado à sepultura por todas as Irmandades de que era irmã.¹⁸¹ Neste ano, foram rezadas quarenta missas por sua alma na Igreja das Mercês, da qual era irmã, seguindo suas disposições testamentárias.¹⁸²

Este trabalho procurou reconstruir a figura de Chica e inseri-la em seu tempo. Assim como as outras mulheres forras de seu tempo, Chica

178 AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira, 1978. Vol.1, p.190. vol.3, p.457-465.

179 ANTT. Chancelaria de Dona Maria I. Livro 23. f.124v.

180 AEAD. Livro de óbitos de São Francisco. Cx.350. f.55

181 AEAD. Livro de óbitos do Tejuco. f.73v

182 AEAD. Livro de Missas para falecidos da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Caixa 520.

buscou ascender socialmente e procurou diminuir o estigma que a condição de mulata e forra que imprimia. Tornou-se rica, proprietária de escravos e bens de raiz. Mais do que tudo, cuidou de sua descendência, a quem garantiu um melhor lugar na sociedade branca e preconceituosa do século XIX. Era a forma que essas mulheres tinham de retomar o controle sobre sua vida, negado pela condição feminina e escrava. Acumularam bens; transitaram entre as diversas Irmandades, independente da cor exigida para a filiação; possuíram escravos; imitaram padrões de comportamento e, assim, misturaram-se à sociedade branca onde buscavam participação, reconhecimento e aceitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- AMADOR, Paulo. *Rei branco, rainha negra*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Nacional, 1978. 9 Vols.
- CORRÊA, Mariza. *Colcha de retalhos — estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COUTO, Soter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte, 1954.
- DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Teoria e método dos estudos feministas. Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- _____. Brancos pobres e forros na sociedade colonial do Brasil, 1675-1835. *História General da América Latina*, Unesco, v.3, cap.14. (mimeo)
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Considerações sobre estratégias e formas de resistência da mulher escrava no setecentos. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v.9, p.104-109, 1997.
- _____. Quem foi Chica da Silva. *Estado de Minas*. Editoria de Opiniões. Belo Horizonte: Diários Associados, 19 de abril de 1997.
- _____. Xica da Silva. *Jornal do Brasil*. Caderno Idéias. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1997.
- _____. *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna blume, 1996.
- _____. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- HORTA, Assis. Carmo ano 200: Novo Prior, a escadaria ficou por nove oitavas de ouro. *Estrela Polar*, Diamantina, 1959.
- LARA, Sílvia H. (org). *Revista Brasileira de História*/ ANPUH — Escravidão, São Paulo, v.16, 1988.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.17, p.101-141, 1989.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial*. São Paulo: USP – FFLCH, 1990. (Tese. Doutorado em História)

- MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tejuco, cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MATOS, José Sarmiento. *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana de Cultura, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro — a pobreza mineira no século XVIII*. São Paulo: Graal, 1982.
- MENDES, José Antonio. *Governo de Mineiros, mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por essa cauza is seus domésticos e escravos queixas, que pela dilaçam dos remédios se fazem incuráveis, no mais das vezes mortais*. Oferecido ao Senhor Coronel Antonio Soares Brandão, cirurgião da Câmara de Sua Magestade Fidelíssima e Fidalgo de sua Casa, Cirurgião mor dos Reinos, seus domínios e exércitos. Lisboa: Oficina de Antonio Roiz Galhardo, 1770.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII..* São Paulo: Anna blume, 1995.
- RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.3. p.215-9.
- ROMEIRO, Adriana. *O desregramento da regra: imaginário e cotidiano no Recolhimento de Macaúbas*. Belo Horizonte, 1998. (Comunicação, mimeo).
- RUSSELL WOOD, A.J.R. Women and Society in Colonial Brazil. *Latin American Studies*, Great Britain, v. 9, p. 1-34.
- SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, dez.90, p.5-22.
- SOUZA, Joaquim Silvério. *Sítios e personagens históricos de Minas Gerais*. se, sl, sd.
- VASCONCELOS, Agripa. *Chica que manda*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.
- XAVIER DA VEIGA, João Pedro. *Efemérides Mineiras*. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: CEHC/ Fundação João Pinheiro, 1998. 2 volumes.